Sociologia como vocação

Dorothy Smith, Herbert Gans

Entre sociologia e política

Uma entrevista com Nicolás Lynch

Insurreição na Ucrânia

Volodymir Paniotto, Volodymir Ishchenko

Mudanças climáticas Yuan Tseh Lee e Andrew Wei-Chih Yang, Herbert Docena

A verdadeira revolução da China

Feizhou Zhou, Yonghong Zhang, Ying Xing

- > A Colonialidade do Poder
- > De Chiapas: enfrentando um mundo desigual
- > Na prisão síria
- > O destino das mulheres iranianas
- > Jan Szczepański: construindo pontes
- > Neoliberalização do ensino superior polonês
- > Carta aberta de estudantes poloneses
- > A equipe turca da Diálogo Global











> Editorial

Enfrentando um mundo desigual

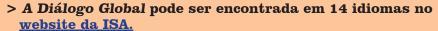
esta é a última edição da Diálogo Global antes do Congresso Mundial de Sociologia da ISA em julho, que promete ter público recorde de cerca de 5.500 participantes. O tema do Congresso – Enfrentando um mundo desigual – está rapidamente se tornando uma das maiores questões do século. Até mesmo os economistas estão proliferando nessa área – antes um monopólio da sociologia – sintetizada pela sensação criada pelo livro de Thomas Piketty, *Capital in the Twenty-First Century*.

Esta edição da *Diálogo* Global também confronta um mundo desigual. Yuan Lee e Andrew Yang mostram como os nossos interesses comuns em reverter o aquecimento global também nos divide, algo sublinhado por Herbert Docena. Ao relatar a conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas, ele descreve como os poderosos – liderados pelos EUA – impõem as suas "soluções" aos demais, como se servissem aos interesses dos demais. Os demais discordam, até o momento, eles se encontram fragilizados e divididos. Podemos ver isso em termos de colonialidade do poder, explicado por César Germana como a raiz de muitas desigualdades globais. Podemos observá-la na Ucrânia – aqui representada por artigos de Volodymyr Ishchenko e Volodymyr Paniotto – onde o ressurgimento da Guerra Fria tem dividido e oprimido uma revolta insurgente contra as oligarquias dominantes.

Uma das razões pelas quais a desigualdade global entre nações não aumentou tanto quanto desigualdades internas é o surgimento das nações semiperiféricas, particularmente a Índia e a China. Mas a que custo? Os sociólogos chineses Feizhou Zhou, Ying Xing e Yonghong Zhang mostram o que há por trás das reluzentes cidades de Xangai e Pequim: o interior rural que está sendo transformado em novas paisagens urbanas, construídas por trabalhadores rurais que, despossuídos de suas terras, alimentam a riqueza inimaginável das novas elites. Como sabemos, os camponeses não são submissos, apesar de as possibilidades de suas reinvindicações emergirem são, de fato, penosas.

Aos cantos de "pão, liberdade, justiça social", há três anos os egípcios derrubaram a ditadura de Mubarak. Depois de experimentos democráticos, eles mais uma vez se deparam com uma ordem militar repressiva. As promessas da Primavera Árabe também foram frustradas em outros lugares ao passo que a guerra civil eclode na Síria, expelindo refugiados para a Jordânia, Líbano e Turquia. O que nós menos sabemos a respeito são os horrores das torturas nas prisões sírias, descritas por Abdulhay Sayed. Mas nem tudo é sombrio na região. O sociólogo iraniano Shirin Ahmad-Nia descreve a notável melhoria no bem-estar das mulheres desde a Revolução de 1979. Encontra-se progressos onde menos se espera.

Enquanto isso, o Leste Europeu permanece sob o domínio do neoliberalismo, que agora alcança a educação superior, com previsíveis consequências descritas pelo Laboratório de Sociologia Pública de Varsóvia. Lembrando-nos de um período bem diferente, seus membros escrevem um tocante retrato de Jan Szczepański, presidente da ISA entre 1966 e 1970, alguém que acreditava e lutava por um "socialismo com um rosto humano".



> Submissões devem ser enviadas para burawoy@berkeley.edu



Dorothy Smith, renomada feminista, relata como ela chegou ao feminismo e como ela desenvolveu a sua distinta abordagem sociológica - a etnografia institucional.



Herbert Gans, notável sociólogo americano, avança em sua ideia de sociologia pública, propondo que devemos estar especialmente preocupados com o futuro.



Nicolás Lynch, sociólogo peruano e político, descreve como ele negociou uma trajetória de vida entre uma política de esquerda e sua prolífica carreira como um estudioso.

> Editorial

Editor: Michael Burawoy.

Editores Executivos: Lola Busuttil, August Bagà.

Editores Associados:

Margaret Abraham, Tina Uys, Raquel Sosa, Jennifer Platt, Robert Van Krieken.

Conselho Editorial:

Izabela Barlinska, Louis Chauvel, Dilek Cindoğlu, Tom Dwyer, Jan Fritz, Sari Hanafi, Jaime Jiménez, Habibul Khondker, Simon Mapadimeng, Ishwar Modi, Nikita Pokrovsky, Emma Porio, Yoshimichi Sato, Vineeta Sinha, Benjamín Tejerina, Chin-Chun Yi, Elena Zdravomyslova.

Editores Regionais

Mundo Árabe:

Sari Hanafi, Mounir Saidani.

Rrasil¹

Gustavo Taniguti, Juliana Tonche, Andreza Galli, Renata Barreto Preturlan, Ângelo Martins Júnior, Lucas Amaral, Rafael de Souza.

Colômbia:

María José Álvarez Rivadulla, Sebastián Villamizar Santamaría, Andrés Castro Araújo, Katherine Gaitán Santamaría.

Índia:

Ishwar Modi, Rajiv Gupta, Rashmi Jain, Jyoti Sidana, Ritu Saraswat, Nidhi Bansal, Uday Singh.

Irã:

Reyhaneh Javadi, Najmeh Taheri, Hamidreza Rafatnejad, Faezeh Esmaeili, Saghar Bozorgi, Faezeh Khajezadeh.

Japão:

Kazuhisa Nishihara, Mari Shiba, Kousuke Himeno, Tomohiro Takami, Yutaka Iwadate, Kazuhiro Ikeda, Yu Fukuda, Michiko Sambe, Yuko Hotta, Yusuke Kosaka, Shuhei Naka, Kiwako Kase, Misa Omori, Kazuhiro Kezuka.

Polônia:

Krzysztof Gubański, Emilia Hudzińska, Kinga Jakieła, Kamil Lipiński, Karolina Mikołajewska, Mikołaj Mierzejewski, Adam Müller, Przemysław Marcowski, Patrycja Pendrakowska, Zofia Penza, Konrad Siemaszko.

Romênia:

Cosima Rughiniş, Ileana-Cinziana Surdu, Adriana Bondor, Ramona Cantaragiu, Ioana Cărtărescu, Miriam Cihodariu, Daniela Gaba, Mihai Bogdan Marian, Mădălin Răpan, Alina Stan, Elena Tudor.

Rússia:

Elena Zdravomyslova, Anna Kadnikova, Elena Nikiforova, Asja Voronkova.

Taiwan:

Jing-Mao Ho.

Turquia:

Yonca Odabaş, Günnur Ertong, İlker Urlu and Zeynep Tekin.

Consultores de mídia: Gustavo Taniguti, José Reguera.

Consultor Editorial: Abigail Andrews.

> Nesta Edição

Editorial: enfrentando um mundo desigual	
Sociologia como vocação – linhagens de etnografia institucional Por Dorothy E. Smith, Canadá	
Sociologia como vocação: olhando para o futuro Por Herbert Gans, EUA	(
> DA AMÉRICA LATINA	
Entre sociologia e política Uma entrevista com Nicolás Lynch, Peru	
A colonialidade do poder Por César Germana, Peru	1
De chiapas: enfrentando um mundo desigual Por Markus S. Schulz, EUA	14
> DO ORIENTE MÉDIO	
Na prisão síria Por Abdulhay Sayed, Síria	1
Progresso ambíguo para as mulheres no Irã Por Shirin Ahmad-Nia, Irã	1:
> INSURREIÇÃO NA UCRÂNIA	
Euromaidan: perfil de uma rebelião Por Volodymyr Paniotto, Ucrânia	2
A revolução que ainda não começou Por Volodymyr Ishchenko, Ucrânia	24
> MUDANÇAS CLIMÁTICAS	
Transformando o desenvolvimento humano Por Yuan Tseh Lee e Andrew Wei-Chih Yang, Taiwan	20
Nosso destino está com o mercado Por Herbert Docena, Filipinas	28
> MUDANÇA E RESISTÊNCIA NA CHINA	
Drama e devastação na urbanização chinesa Por Feizhou Zhou, China	3:
Grilagem de terras e corrupção Por Yonghong Zhang, China	34
Canalizando o protesto das populações deslocadas Por Ying Xing, China	30
> DA POLÔNIA Jan Szczepański: a construção de uma ponte precária	
Por Adam Müller, Kamil Lipiński, Mikołaj Mierzejewski, Krzysztof Gubański e Karolina Mikołajewska, Polônia	38
A aquisição neoliberal do ensino superior Por Dariusz Jemielniak and Karolina Mikołajewska, Polônia	40
Carta aberta sobre a reforma do ensino superior Laboratório de Sociologia Pública da Universidade de Varsóvia e	
Seção Crítica, Universidade de Cracóvia Jagiellonian, Polônia	4:
Equipe turca da Diálogo Global	4

> Linhagens da etnografia institucional

Por Dorothy E. Smith, Universidade de Victoria, Canadá



Dorothy Smith.

ara mim, é difícil escrever sobre a sociologia como uma vocação, vê-la como algo que me puxa, que me chama a dedicar uma vida intelectual inteira para trabalhar nela. Tornei-me socióloga profissional por acidente, ou melhor, por uma série de acidentes: em primeiro lugar, os acidentes de minha história pessoal e, em seguida, devido a acidentes históricos de dois movimentos sociais com os quais me envolvi e que transformaram radicalmente minha relação com a sociologia estabelecida.

Acidentes: Fui para a London School of Economics (LSE), em 1952, porque eu estava profundamente entediada com o trabalho de secretária e pensei que, se tivesse um diploma universitário, seria capaz de conseguir empregos mais interessantes. Lá, obtive o grau de bacharel em ciências sociais, conheci e casei-me com Bill Smith e, depois, entrei no

Dorothy Smith é pioneira da sociologia feminista e do que veio a ser conhecida hoje como "etnografia institucional", que situa a vida cotidiana das pessoas em seu contexto mais amplo, especialmente dentro das "relações de poder". Ela é a autora de muitas obras clássicas, começando com o artigo fundamental Sociology for Women, e incluindo livros como The Everyday World as Problematic: A Feminist Sociology (1987), The Conceptual Practices of Power: A Feminist Sociology of Knowledge (1990), e Institutional Ethnography: A Sociology for People (2005). Recebeu inúmeros prêmios da Associação Americana de Sociologia e da Associação Canadense de Sociologia e Antropologia. Seguindo sua inspiração, existe agora um Grupo Temático na ISA sobre Etnografia Institucional (TG06).

programa de doutorado em sociologia na Universidade da Califórnia, Berkeley – muito embora na LSE eu tivesse me especializado em antropologia social.

Berkeley era uma experiência radicalmente nova. Na LSE, não havia sociologia da forma como aprendemos aqui. Teóricos sociais, Durkheim, Marx, Weber e outros foram lidos e discutidos; aprendemos sobre demografia, sobre o imaginário das teorias genéticas de raça, as práticas de filosofia social e ética; conversamos e discutimos bastante. Fiquei chocada em Berkeley ao descobrir que, para obter uma nota decente nos cursos que fazia, eu tinha que aceitar as opiniões dos professores. Fiquei chocada, também, com a exclusão do debate político dentro do campus – afinal, era ainda a era McCarthy.

Em retrospecto, posso notar que em meus anos de es-

tudo de pós-graduação, de 1955 a 1963, a sociologia estava se tornando uma disciplina profissionalizada singular, desconectada de seu passado politicamente ambíguo. Suas ligações com a herança da Escola de Chicago foram postas de lado e, na ordem política emergente do período McCarthy, transformada e em transformação, os sociólogos em Berkeley e em outros lugares estavam ocupados recriando a sociologia de modo a reprimir possíveis conexões com a política socialista (que ainda sobreviveu no trabalho de C. Wright Mills). Talcott Parsons, em A estrutura da ação social, foi fortemente influente na concepção de uma ciência social em que Marx e o pensamento marxista não tinham lugar algum. O redesenho da sociologia, nesse período, incluiu uma reconstrução conceitual: por exemplo, o conceito de estratificação social substituiu o conceito de classe, e, no contexto do crescente domínio social de corporações empresariais, desenvolveu-se a racionalidade vazia da teoria organizacional (já pronta, é claro, para a sua incorporação posterior pela administração).

Acidentes: Bill, meu marido, nos deixou numa manhã de 1963; tivemos dois filhos e, na época, um tinha apenas nove meses de idade. Fiquei com a responsabilidade não só dos cuidados, mas também de me tornar a única provedora da casa. Então, percebi que tinha que publicar algo. Eu adorava fazer pesquisa e escrever, mas não tinha pensado ainda que publicar tivesse qualquer importância; logo, eu tive que mudar, tinha que tornar-me uma profissional. Então, eu o fiz.

Em 1968, consegui um emprego na Universidade de British Columbia, no Canadá. Meu filho mais velho, na época, tinha oito anos, e eu escolhi essa universidade dentre um par de possibilidades (as universidades estavam em expansão naquela época), porque quando olhamos para um mapa de Vancouver pudemos ver que ao norte da península onde a universidade estava localizada havia uma região sem estradas.

Acidentes: Porém, após dois anos nessa experiência, o movimento de canadianização me alcançou. A canadianização estava mais avançada na literatura e na história, mas os sociólogos no Canadá estavam se aproximando. Descobrimos que estávamos ensinando uma sociologia fundamentada nos Estados Unidos e com algumas pequenas influências britânicas, relativamente insignificantes. Havia cientistas sociais canadenses originais e diferenciados na época, mas nós ensinávamos sociologia e eles não eram incluídos. Vim a reconhecer que a sociologia que eu ensinava estava desconectada da sociedade dentro da qual eu vivia de fato. Meu treinamento em Berkeley havia me preparado para operar como se fosse um embaixador do Império Romano, reproduzindo a ordem de Roma em uma região da província.

A essa altura, depois de ter acabado de tornar-me cidadã canadense, tentei em minhas aulas compreender a socie-

dade canadense com a sociologia que eu tinha aprendido. Do meu tempo na LSE, lembrei-me de ler em Marx e Engels acerca do compromisso com uma ciência social que começa com as pessoas reais, de seu trabalho e de suas condições de vidas. Reli Marx. Descobri sua crítica da ideologia como método de compreensão do processo social. Percebi que o envolvimento consciente do sociólogo com a sociedade é um empreendimento diferente do imperialismo encravado nas teorias tradicionais da sociologia, seus conceitos, divisões disciplinares e metodologias estabelecidas.

Mas, então, veio o movimento de mulheres e outra mudança para mim; ao longo de um período de dois ou três anos, fui tornando-me uma pessoa que não sabia que podia ser. Minha abordagem da sociologia que aprendi em Berkeley era radicalmente diferente. O desenvolvimento de uma sociologia em que as mulheres eram os sujeitos tornou-se, ao longo do tempo, minha obsessão; só que isso não existia; tinha que ser construído, e o foi a partir de um diálogo com aqueles que eu ensinava, e que também adotaram essa empreitada, levando o projeto adiante. Nós não sabíamos aonde nossas descobertas nos levariam, mas estávamos determinadas a fazê-las.

O que agora é chamado de "etnografia institucional" surgiu a partir daquele discurso e do diálogo contínuo de exploração e descoberta em nossas pesquisas, de nossas conversas e escritos. É uma espécie de sociologia? Não, se essa expressão significa subordinação à ortodoxia sociológica representada nos cursos de graduação convencionais sobre teoria sociológica e método, e que são requisitos para uma pós-graduação. É uma metodologia? Não, não é. Talvez possa ser vista como outra sociologia, uma sociologia alternativa, digamos, comprometida e com base na experiência das pessoas reais, seus afazeres e a forma como seus afazeres são coordenados, principalmente no que diz respeito às relações que se estendem para além de situações individuais. Tal é o lugar em que trabalho, ativa num diálogo de pesquisa com outros etnógrafos institucionais. Descobrir não é uma vocação, portanto – é um fascínio ainda em curso e um engajamento.

E, apesar de tudo, a sociologia fornece o espaço discursivo e institucional onde a etnografia institucional tem seu local privilegiado (embora também tenha despontado em outros campos não relacionados como a enfermagem). A sociologia de hoje já não tem aquele grau de coerência imposta e que eu estava aprendendo a transmitir durante minha formação em Berkeley. Os interessados em compreender melhor a sociedade, hoje, o fazem em várias direções. Aqui, eu encontro pesquisas e pensamentos que compartilham dos objetivos da etnografia institucional em desenvolver conhecimento capaz de traduzir os problemas e dificuldades das pessoas em questões públicas – como C. Wright Mills propôs.

> Olhando para o futuro

Por Herbert J. Gans, Universidade de Columbia, EUA



Herbert Gans.

Por 50 anos, Herbert Gans tem sido um dos sociólogos mais prolíficos e influentes nos Estados Unidos. Durante esse tempo, ele foi liderança nos campos de estudos sobre pobreza urbana e planejamento de combate à pobreza, igualdade e estratificação, etnia e raça, mídia e cultura popular. Escreveu vários livros, incluindo clássicos como The Urban Villagers (1962), The Levittowners (1967), Popular Culture and High Culture (1974), Deciding What's News (1979), The War Against the Poor: The Underclass and Antipoverty Policy (1995), e, mais recentemente, Imagining America in 2033 (2008), um cenário otimista para o futuro. Como sociólogo público, tem colaborado regularmente com jornais e revistas; como planejador social, tem participado ativamente de análises de políticas públicas. Recebeu uma miríade de prêmios e honrarias, incluindo o de Presidente da Associação Americana de Sociologia.

s Estados Unidos, assim como outras economias modernas, estão experimentando uma nova e, possivelmente, longa era de desigualdade econômica crescente, o que pode resultar em ainda mais desigualdade política e de classe. Consequentemente, os sociólogos devem estar se perguntando sobre os papéis que eles e suas respectivas disciplinas podem desempenhar na compreensão dessas desigualdades, particularmente no que tange às mudanças sociais e aos custos sociais que lhes serão consequências.

No entanto, a disciplina como um todo também precisa se tornar mais

relevante para o país e, consequentemente, mais visível e valorizada. Embora o atual aumento das desigualdades seja global, as diferenças nas economias políticas nacionais e nas sociologias nacionais sugerem que cada país deve encontrar suas próprias respostas – desde que as implicações e consequências globais também sejam consideradas. O que se segue é uma tentativa de um sociólogo norteamericano de sugerir um cenário mais detalhado, ou uma visão, sobre aonde sociologia americana deveria se dirigir.

Uma boa dose de trabalho para medir as desigualdades já está acontecendo, mas a sociologia precisa se interessar mais por seus efeitos sobre as instituições e os povos da América. Os aspectos micro-sociológicos da economia e os aspectos políticos e sociais da desigualdade exigem uma exploração maior do que aquela que têm recebido até então. Sempre que possível, a pesquisa sociológica deve ser orientada para as políticas públicas. Não se pode esperar que a pesquisa sociológica se envolva na própria formulação de políticas públicas, o que, que está além do conhecimento de muitos sociólogos. No entanto, eles podem conduzir pesquisas que ajude a responder perguntas levantadas pelos defensores e formuladores de políticas, analistas e críticos da política pública que lida com a desigualdade.

Tendo em vista que economistas e cientistas políticos ainda tendem a lidar com questões que dizem respeito à elite do país, a sociologia deve intensificar sua atenção com a não-elite. Mais pesquisas devem ser realizadas, especialmente, com e sobre os americanos mais vulneráveis, nomeadamente a população abaixo de renda média que, sem dúvida, sofrerão mais com o aumento das desigualdades do que ninguém. Entre eles, aqueles que estão menos representados no e pelo sistema político e que, na maioria das vezes, ficam de fora do discurso público deveriam vir em primeiro lugar.

A sociologia não pode falar por essas populações, mas pode dar mais atenção à pesquisa sobre seus problemas. Os estudos devem se concentrar, principalmente, nos custos sociais, emocionais e outros mais das desigualdades mais importantes. Por exemplo, nas últimas décadas, e nos últimos anos especialmente, temos visto um aumento dramático na mobilidade descendente, as frustrações da atrofia da mobilidade ascendente e da diminuição das expectativas. Os sociólogos deveriam, há muito tempo, ter começado a fazer dos processos e efeitos da mobilidade descendente uma importante área de pesquisa.

Além disso, os sociólogos precisam prestar mais atenção aos efeitos de longo alcance da pobreza extrema, tais como as hipóteses que sugerem que ela pode resultar em transtornos de estresse pós-traumático que podem durar várias gerações. Ao mesmo tempo, os pesquisadores devem entender como as pessoas lidam com a mobilidade descendente, lutam contra ela e tentam resistir a ela nos vários níveis de pobreza. Adequadamente projetados, tais estudos poderiam fornecer pistas para as políticas públicas e para os políticos que podem oferecer ajuda.

Ainda mais importante que isso, a preocupação da sociologia com as populações de renda abaixo da média também deve se estender para as forças, instituições e agentes que desempenham papéis importantes em mantê-los no lugar em que estão ou empobrecendo-os ainda mais. Estudar os responsáveis pelo aumento da desigualdade é um tema de pesquisa tão importante quanto aprender mais sobre suas vítimas.

Ao mesmo tempo, os sociólogos deveriam fazer mais para demonstrar a utilidade social da disciplina. Isso seria mais bem feito por intermédio de novas descobertas de pesquisas e idéias relevantes para temas, questões e controvérsias da atualidade. Embora seja mais fácil dizer do que fazer, os sociólogos deveriam colocar menos ênfase na contribuição para a "literatura" e outras preocupações disciplinares. Diminuir os estudos que desnecessariamente elaboram o já conhecido também ajudaria.

Os sociólogos devem, também, continuar a explorar tópicos que o restante das ciências sociais está ignorando ou nem sequer percebeu. Eles deveriam realizar mais pesquisas sobre e nos bastidores da sociedade, que não interessam ou estão escondidos para outros pesquisadores.

Sempre que possível, a sociologia deve priorizar o trabalho empírico, quantitativo e qualitativo. Apesar da crescente disponibilidade de *Big Data*, a disciplina deve continuar a concentrar-se na coleta e análise de dados pequenos, especialmente por intermédio do trabalho de campo etnográfico. Compreender a sociedade estando com as pessoas e com os grupos e organizações que são objetos de estudos da sociologia é a nossa contribuição mais distintiva do conhecimento dos americanos sobre o seu próprio país.

A disciplina poderia também apontar para uma teorização inovadora e aventureira, com molduras e perspectivas que questionem sabedorias convencionais, tais como a teoria da rotulação (labelling theory), no passado, e, mais recentemente, a teoria relacional e construcionista. As mudanças no país geradas pelo crescimento atual das desigualdades podem incentivar e até mesmo exigir novas formas de olhar para a sociedade norte-americana.

Acima de tudo, a sociologia deve se esforçar mais para chegar ao público em geral, por meio da apresentação de novas ideias e descobertas sociológicas que devem ser de interesse público, expostas em linguagem clara e não técnica. Ensinar alunos de graduação e alunos do ensino médio permanece sendo a obrigação mais importante do que hoje é conhecido como a sociologia pública, mas as pesquisas mais relevantes também devem ser acessíveis ao público em geral. Os pesquisadores não somente devem aprender a escrever, mas também devem ser treinados na linguagem da sociologia pública mesmo enquanto aprendem a linguagem da sociologia básica e profissional. Ao mesmo tempo, os sociólogos que produzem sociologia pública devem ser elegíveis para os mesmos cargos, status e outras gratificações que aqueles que trabalham apenas como pesquisadores.

É desnecessário dizer que este é apenas o cenário que uma pessoa elaborou para o futuro; porém, ele foi escrito com a esperança de que outros irão sugerir cenários alternativos. A disciplina precisa pensar mais sobre o seu futuro agora, para que ela seja capaz de lidar com esse futuro mais inteligentemente quando ele se tornar o presente.

> Entre a Sociologia e a política

Uma entrevista com Nicolás Lynch



Nicolás Lynch.

icolás Lynch é professor de Sociologia da Universidade Nacional de San Marcos, Lima, Peru. Ele foi presidente do Colégio de Sociólogos do Peru (1998-2000), bem como Ministro da Educação do Peru (2001-2002), Assessor do Presidente da República (2002) e Embaixador do Peru na Argentina (2011-2012). Com um PhD em Sociologia pela New School for Social Research, em Nova Iorque, e um mestrado em Ciências Sociais pela Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO), na Cidade do México, ele foi professor visitante em várias universidades norte-americanas. Publicou diversos artigos acadêmicos e vários livros, incluindo Los Jóvenes Rojos de San Marcos, La Transición Conservadora, Una Tragedia sin Héroes, El Pensamiento Arcaico en la Educación Peruana, Los Ultimos de la clase, ¿Qué es ser de izquierda? e El Argumento Democrático sobre América Latina. Ele é um colunista político há 14 anos no jornal La República de Lima e é o editor do blog de análise política "Otra Mirada".

MB: Para um sociólogo sua carreira é muito incomum, dentro e fora da política. Na verdade, talvez devêssemos começar por aí: você é um político ou um sociólogo?

NL: Eu sou um sociólogo, não só pela formação, mas também porque eu amo a sociologia. Eu sou um sociólogo que gosta de política. Mas o fato é que eu nasci em um país onde a mudança social é uma questão de vida ou morte, por isso

tenho me envolvido em atividades políticas desde que eu era adolescente.

MB: É interessante. Max Weber foi um aspirante a político, mas ele sempre viu a sociologia como ciência, separado da política, o que, obviamente, não é o caso para você. Estou correto?

NL: Para mim, a sociologia é uma ciência, mas uma ciência social, de modo que são atores sociais que também fazem parte do mundo que estudamos. Sociólogos como Alain Touraine, que é muito influente na América Latina, sublinham essa "sociologia do ator", e eu acho que ele estava certo sobre isso. Desde o início, a minha investigação sociológica tem sido associada a minha vida política. A maioria dos meus livros reflete isso.

MB: Agora vamos voltar para o seu mais recente envolvimento com a política. Você era o embaixador do Peru na Argentina. Como isso aconteceu?

NL: Tornei-me parte da equipe eleitoral do presidente Humala no final de 2009, a convite de alguns amigos que já tinham participado com ele da eleição de 2006, quando ele ficou em segundo lugar depois de uma grande campanha. Eu tinha resistido à tentação de me juntar a alguém que se retratava como um nacionalista de esquerda, mas, ao mesmo tempo, era um oficial do exército aposentado que também havia combatido a "guerra suja" contra o Sendero Luminoso. Mas os fracos resultados da esquerda socialista na mesma eleição de 2006 levaram eu e outros amigos a unir forças com Humala. Vendo as coisas hoje eu acho que o meu instinto original estava certo, mas também acredito que fomos enganados desde o início. Tudo o que Humala e sua esposa queriam era poder para seu próprio bem.

MB: Então, em troca de seu apoio em sua campanha eleitoral, o presidente Humala ofereceu-lhe a oportunidade de ser embaixador na Argentina. O que ele queria que você fizesse em Buenos Aires?

NL: Ele me mandou para a Argentina para atingir vários objetivos políticos. O Peru não tinha boas relações com a Argentina, porque o governo anterior a Humala (do Partido Aliança Popular Revolucionária Americana, comandado por

Alan García) não gostava do governo argentino por causa de suas posições políticas progressistas. O presidente me deu a tarefa de melhorar essa relação, que é o que eu fiz. Isto foi especialmente importante no que diz respeito à integração sul-americana e à Unasul (União de Nações Sul-Americanas). Humala pediu-me para colocar o Peru no mapa de integração e esse foi o foco do meu trabalho.

MB: Quais foram os desafios e satisfações desse trabalho?

NL: Em primeiro lugar, a vida em Buenos Aires, especialmente a vida cultural e intelectual, é provavelmente a mais rica da América Latina. A Argentina também estava passando por importantes processos de mudança social e política que eram especialmente interessantes à luz de suas fortes tradições políticas. Os argentinos fizeram avanços incríveis em termos de redistribuição da riqueza, em termos de direitos humanos e em termos de independência política das potências mundiais. Em comparação com outros países da América Latina, a Argentina tem os mais altos níveis de emprego formal com direitos trabalhistas. Incomum para a América Latina, eles prenderam cerca de 200 militares envolvidos na repressão da década de 1970. Como resultado de todas essas mudanças, os argentinos desenvolveram um forte sentido de cidadania, a níveis desconhecidos em outras partes da região.

MB: Mas tudo isso teve um fim muito repentino, certo? De repente você perdeu seu emprego?

NL: Bem, o governo Humala, eleito com uma plataforma de esquerda para a qual eu contribuí, virou-se para a direita. Claro, isso não aconteceu da noite para o dia, foi um longo processo. Primeiro, ele expulsou a ala progressista do Gabinete, então ele rompeu com os parlamentares de esquerda e, finalmente, com qualquer um que estivesse ligado às suas origens progressistas. Ao invés de resistir à pressão da direita peruana e do Governo americano, ele decidiu desistir de seus objetivos de transformação para continuar a agenda neoliberal dos vinte anos anteriores. Quando o governo Humala se voltou para a direita, os novos aliados do presidente queriam se livrar de mim e prepararam uma armadilha. Talvez o meu erro tenha sido não renunciar primeiro, mas é muito difícil realizar bons julgamentos nessas situações políticas complicadas.

MB: Qual foi a armadilha que armaram para você?

NL: No final de janeiro de 2012, enquanto estava na Embaixada do Peru em Buenos Aires, eu recebi uma carta de um grupo de peruanos que estavam em campanha para a legalização do Movadef, uma frente política da organização terrorista Sendero Luminoso, que buscava anistia para seus líderes que estavam na prisão por seus crimes. Dez meses depois, no início de novembro, a partir desta carta, um jornal peruano de direita me denunciou como um simpa-

tizante do Movadef, exigindo que eu fosse demitido da minha posição. O governo não me defendeu nem ordenou uma investigação. Eles estavam com tanto medo da ofensiva de direita que pediram a minha demissão. Claro, eu nunca tive qualquer relação com Movadef ou o Sendero Luminoso. De fato, em 1982, o Sendero Luminoso me enviou uma carta com uma ameaça de morte e, naquela época, eles assassinaram vários dos meus amigos. Eles são um grupo terrorista que submete suas ações a qualquer autocrítica. Independentemente da falsidade dessas acusações, grupos de direita dentro e fora do governo foram fortes o suficiente para garantir a minha saída do governo.

MB: Bem, posso ver como a política pode ser precária no Peru. Mas esta não foi a primeira vez que esteve no governo. Você foi ministro da Educação em 2001, no governo Toledo, que procurou restaurar a democracia ao Peru. Conte-me mais sobre isso.

NL: Esse foi o resultado da luta contra a ditadura do Fujimori. Eu tinha sido um membro do Foro Democrático, uma organização cívica, que fazia parte de uma coalizão para derrubar este regime. Toledo, um centrista de origem liberal, na época representou um novo começo para a democracia peruana e formou um primeiro gabinete com pessoas de diferentes origens.

Meu objetivo era começar reformas educacionais que melhorassem o nosso sistema de educação, que era um dos piores na região. Ele operava com um orçamento muito baixo, e os resultados eram de muito baixa qualidade. Eu tive que lidar com dois inimigos: o Banco Mundial e um sindicato maoísta de professores. O primeiro, como sempre, queria privatizar tudo e o segundo queria manter a segurança no emprego a qualquer preço, bloqueando qualquer avaliação do trabalho de seus membros. Tivemos sucesso em colocar a reforma na agenda política, mas Toledo não conseguiu suportar a pressão dessas pessoas e assim ele demitiu a mim e a minha equipe.

MB: Vejo que essa política é um negócio traiçoeiro, especialmente porque você nunca abandonou seus pontos de vista de esquerda! Assim, neste contexto, a sociologia lhe fornece algo ao qual recorrer? Será que lhe dá consolo em face de tanta incerteza? Também contribui com algo para a sua política? A sociologia seria a política por outros meios?

NL: Não é apenas um consolo. A sociologia me ajudou a entender a sociedade peruana e o lugar que o Peru tem na região e no mundo. Quanto à educação, por exemplo, a sociologia me ajudou a entender que os problemas da educação no Peru eram ideológicos e políticos, não técnicos como as agências internacionais queriam nos fazer crer. A Sociologia me deu as ferramentas para entender que a qualidade da educação não é apenas uma questão de boas no-

tas, mas exige uma autocompreensão coletiva de seu lugar no mundo, o seu sentido de pertencimento.

Eu nunca deixei a academia. Há 34 anos, ensino sociologia na Universidade de San Marcos, que é a universidade mais antiga e mais famosa no Peru. Durante esses anos, participei de pelo menos nove projetos de pesquisa de grande porte. Eles resultaram em alguns livros, é claro que alguns mais importantes que outros, uns mais políticos e outros um pouco mais sociológicos.

MB: Muito poucos de seus livros foram traduzidos, por isso, talvez você possa nos dar um esboço destes projetos de pesquisa ou, pelo menos, de um ou dois que você considera serem mais importantes, mostrando a conexão com a política.

NL: Bem, a ausência deles em inglês tem a ver com o meu relacionamento complicado com a academia norte-americana. Como exemplo, tome o meu trabalho sobre o populismo. Eu escrevi um artigo sobre o populismo na América Latina no final dos anos 90, tentando explicar por que o neoliberalismo populista não existia, que era uma contradição em termos. Eu escrevi que, historicamente, o populismo tinha sido bom para a região e para a democracia. Depois de ser publicado em espanhol eu enviei para uma importante revista "comparativa" nos EUA. Meses depois, recebi um longo comentário me dizendo que eu não sabia o que era o populismo. Certo, pensei, eles pensam de forma diferente. Mas o problema foi que na mesma revista publicaram um artigo criticando o meu, citando a versão em espanhol. Pois então, meu artigo não era bom o suficiente para ser publicado, mas bom o suficiente para ser criticado! Muitas vezes eu recebi o mesmo argumento: se você não concordar é porque você não sabe do que você está falando.

Meu último livro é sobre as diferentes abordagens para a democracia latino-americana na teoria e na prática. Eu o escrevi tentando explicar como os novos governos progressistas da região – de Hugo Cháveza Lula, Correa, Evo Morales e os Kirchner – estavam tentando desenvolver um tipo diferente de democracia, promovendo a redistribuição, justiça social e participação. O objetivo do livro é apresentar uma visão diferente do discurso dominante sobre os regimes democráticos e que vieram dos discursos sobre as transições e consolidações.

MB: E hoje existem maneiras em que a sua sociologia entra em controvérsias políticas?

NL: Ah, sim! Por exemplo, nos últimos meses, tivemos um debate no Peru sobre a classe média. Os neoliberais e as pessoas que estão no negócio de surveys têm afirmado que 70% dos peruanos são de classe média, com base em uma estranha tabela de distribuição de renda. Então, juntamente com alguns amigos, temos escrito sobre estrutura social, classe social e luta de classes — mais uma vez depois de tantos anos — para mostrar como esses especialistas estão equivocados na teoria e na prática, e como a sociologia

tem uma compreensão mais precisa e sofisticada dessas questões.

MB: Você obteve seu PhD em sociologia nos Estados Unidos e você voltou lá periodicamente. Na verdade, foi aí que nos conhecemos, na Universidade de Wisconsin. O que é um esquerdista peruano foi fazer nos EUA?

NL: Eu fiz meu mestrado no México e estive em toda a América Latina e Europa nos mais diferentes tipos de compromissos acadêmicos. Nos EUA, como em qualquer país, há uma pluralidade de possíveis locais de estudo. Eu acabei fazendo meu doutorado na New School for Social Research, nos anos 80, uma universidade muito boa e progressista. Eu fui um professor visitante em outros lugares também, como Madison, no Wisconsin. Acho que devemos impulsionar o diálogo e contato nas Américas. Não importa se estamos em desacordo, mas temos de entender um ao outro.

MB: Penso se há alguma coisa em sua biografia, talvez seus primeiros anos de educação cedo ou as origens de sua família, que tem levado você a duas direções – política e sociologia – ao mesmo tempo?

NL: Bem, para muitas pessoas eu não me encaixo na cena política peruana. Sou de origem de classe média alta, eu não tenho nenhuma ascendência indígena, e eu tive (ou eu acho que tive) uma boa educação. Talvez seja a terrível realidade da desigualdade social persistente no Peru que me levou a me dedicar a esta vida dupla de fios interligados. Mas sou feliz fazendo política e sociologia. Como eu já disse, elas se reforçam uma a outra. Eu não tenho arrependimentos.

MB: Agora que você está fora do governo, o que o mantém ocupado? Você ainda está envolvido na política? Você está escrevendo mais?

NL: Sim, estou na política. Eu sou um membro de uma coalizão de esquerda, que tem base em quase todas as regiões do Peru. Nós temos boas perspectivas para as próximas eleições regionais, em 2014. Eu também tenho um site que eu organizo com um grupo de amigos – uma plataforma de análise política através da Internet. Nós enviamos uma página de análise de notícias para quase 15.000 endereços de e-mail todos os dias, temos um programa de rádio, e também escrevo artigos que analisam as políticas públicas. Como disse eu também continuo a dar aulas na Universidade de San Marcos e estou terminando um livro, que é um ensaio político longo sobre as fundações e o futuro da República do Peru.

MB: Eu acho que Max Weber teria muito inveja de você – em casa, tanto na política quanto na sociologia, tecendo os dois juntos, mas ainda assim nunca confundindo um com o outro! Muito obrigado por essa maravilhosa entrevista. ■

> A colonialidade do poder uma Perspectiva do Peru

Por César Germana, Universidade Nacional Mayor de San Marcos, Lima, Peru



á ampla evidência de que estamos passando por um período em que todo o modelo de poder moderno-colonial, que tem dominado o planeta nos últimos 500 anos, está enfrentando uma crise estrutural. Esta é uma crise nos próprios

fundamentos da estrutura de poder inteira: surgiram dificuldades em todos os seus componentes e níveis – nas relações de gênero, relações de trabalho, relações políticas, relações intersubjetivas e as relações com a natureza – que não podem ser resolvidas dentro do corrente sistema histórico,

O sociólogo peruano Aníbal Quijano - profeta da colonialidade.

exigindo a criação de novas formas de convivência social.

Particularmente importante é a crise de estruturas intersubjetivas - e, especialmente, formas de saber na medida em que isto se aplica às ciências sociais. Desde 1970, temos visto um complexo de transformações nas ciências sociais que falam sobre os modos em que elas estão - necessariamente sendo reorganizadas. O Relatório da Comissão Gulbenkian é, talvez, o exame mais revelador das profundas mudanças que vêm ocorrendo no pensamento social na segunda metade do século XX (Wallerstein, 1997). Este relatório mostra como as estruturas eurocêntricas de conhecimento foram se corroendo, tanto nos países centrais quanto na periferia, e como escolas de pensamento surgiram com o objetivo de desenvolver formas alternativas de compreensão da realidade social e histórica.

Considero eurocentrismo a estrutura de conhecimento que tem garantido e sustentado o modelo colonialmoderno de poder. Ele corresponde a uma maneira específica de perceber e organizar o mundo natural e social. Ele é baseado em três crenças fundamentais.

Em primeiro lugar, é a crença na simplificação. De acordo com Descartes,

para compreender processos complexos é necessário dividi-los em tantas partes quanto possível, a fim de estudar cada uma delas isoladamente, de modo que o que é "claro " consiste no que é simplificado. Essa perspectiva, então, produz um aumento da compartimentalização e especialização do conhecimento, que se manifesta no surgimento de disciplinas como categorias intelectuais, cada uma com seu próprio objeto e método de estudo. Disciplinas também desenvolvem categorias institucionais que estabelecem as bases de departamentos e formam a estrutura organizacional das universidades modernas.

O segundo conceito fundamental do conhecimento eurocêntrico é a crença na estabilidade dos sistemas sociais e naturais. Esta concepção vê a realidade como um mundo ordenado que opera de acordo com leis simples e cognoscíveis. Presume-se que esse conhecimento nos permite prever o que vai acontecer e, por isso, podemos controlar não só o mundo natural, mas também o mundo social. Esta crença leva ao determinismo e à ideia de reversibilidade, ou seja, que os eventos são repetíveis e, portanto, à eliminação da história como um processo criativo.

A terceira crença fundamental é a objetividade, isto é, o princípio de que você pode conhecer a realidade como ela é, suspendendo o sujeito. A consequência dessa crença é a aceitação da ideia de que o conhecimento é livre de valores.

No modelo colonial-moderno de poder, o eurocentrismo se impõe como a única forma legítima de saber, marginalizando, subjugando ou destruindo as estruturas de conhecimento dos povos colonizados. O conhecimento que se desenvolveu entre esses povos há milênios e que serviu como base de suas formas específicas de existência social é violentamente reprimido e relegado às margens, para que seus próprios portadores procurem livrar-se de tais formas de conhecimento, à medida em que eles

também comecem a vê-las como inferiores.

É na periferia deste modelo colonialmoderno de poder que surgiram as mais claras correntes de pensamento que questionam de forma radical estruturas eurocêntricas de conhecimento. As principais contribuições para essa perspectiva incluem estudos pós-coloniais, estudos subalternos e a produção de intelectuais africanos. Dentro destas correntes, a abordagem analítica associada à "colonialidade descolonização do poder" oferece uma das alternativas mais promissoras ao conhecimento eurocêntrico, e um meio para compreender as tendências do mundo contemporâneo, bem como para pensar opções para o futuro. O seminário As questões da Des/ Colonialidade e a Crise Global, organizada por Aníbal Quijano em Lima, em agosto de 2010, foi sem dúvida o culminar de debates anteriores e o ponto de partida para a perspectiva analítica da colonialidade do poder.

A análise da colonialidade-descolonização do poder oferece uma perspectiva sobre o conhecimento – uma maneira de perceber a realidade, de gerar perguntas e organizar as respostas em relação à vida social dos seres humanos - que nos permite abordar questões importantes que o pensamento eurocêntrico tinha fechado. Ela surgiu como um desafio para as formas eurocêntricas de produção de conhecimento, porque questiona os fundamentos das estruturas hegemônicas de conhecimento do sistema capitalista moderno-colonial. O objetivo deste artigo é examinar os pressupostos e possibilidades epistemológicas e teóricas inerentes a esta perspectiva alternativa no conhecimento. Eu procuro explorar algumas das suas mais importantes linhas de investigação, que contribuem para a reorganização da teoria social.

Seguindo as teorias inovadoras de Aníbal Quijano, sugiro que, com a conquista européia, em 1492, do que viria a ser chamado de América, surgiu um modelo de poder sui generis, que teve a colonialidade e a modernidade como as suas principais características. Por um lado, foi definido por meio da colonialidade, na medida em que as relações de poder estabelecidas durante a conquista estavam entrelaçados com a ideia de "raça", como o núcleo de classificação social dos seres humanos. Em outras palavras, os conquistadores imaginavam-se como seres humanos superiores e autoidentificados como "brancos", enquanto viam os seres humanos conquistados como inferiores e identificaram-nos como "índios" e "negros". Ao naturalizar a relação social, a ideia de "raça" legitimou a dominação e exploração dos povos indígenas e escravos africanos e tornou-se uma característica essencial de sustentação do modelo de poder, mesmo depois de as colônias conquistarem a independência da Espanha e Portugal. Ela garantiu que ambos os dominadores e dominados aceitassem a dominação como natural. Enquanto isso, a modernidade serviu como a outra face da colonialidade , na medida em que cada vez mais racionalizava a vida social, com o progresso científico e tecnológico como seu principal indicador¹.

A descolonização epistemológica implica questionar os pressupostos em que estruturas de conhecimento eurocêntricas foram construídas e propor interpretações alternativas que podem ser mais frutíferas para o desenvolvimento de uma compreensão sistemática do mundo social e para propor opções realistas para um futuro mais igualitário e democrático. Proponho cinco modos de questionar os pressupostos do modo europeu de produção de conhecimento sobre a vida social, e cinco interpretações alternativas que surgem a partir da análise da colonialidade-descolonização do poder.

1. Questionar o Estado como quadro analítico para a compreensão da vida social. As estruturas do Estado não podem ser consideradas os limites dentro dos quais são definidas as relações sociais. Daí a necessidade de tomar como unidade de análise o modelo

global moderno-colonial de poder que surgiu no século XVI com a conquista europeia do que se tornaria a América.

- 2. Questionar a noção de poder colonial, a fim de compreender as relações de dominação e exploração que se estabelecem entre colonizadores e colonizados. Assim, não estamos apenas examinando exploração econômica, jurídica e política, e dominação, mas também como, no sistema moderno-colonial, essas relações de poder também estão interligadas com um conjunto simbólico e legitimador das ideias captadas na noção de "raça". Assim, a racialização das relações de poder constitui o modelo capitalista global e eurocêntrico de poder.
- 3. Questionar a epistemologia da simplificação, em particular, a crença de que a compreensão de processos complexos envolve separá-los em tantas partes quanto possível, a fim de estudar essas partes de forma independente. A análise da colonialidade do poder insiste na importância de compreender o modelo global, moderno-colonial de poder como uma totalidade histórica. Ou seja, ela entende o poder como um sistema complexo de elementos heterogêneos, intimamente entrelaçados uns com os outros, que surgiu no século XVI e foi ampliado para o controle global no século XIX – um sistema que está entrando em um período de bifurcação, ou crise estrutural. Deste ponto de vista, a separação arbitrária entre as esferas políticas, econômicas e socioculturais não é útil; pelo contrário, devemos vê-los como momentos de um processo histórico total. Além disso, de acordo com esta hipótese alternativa, a especialização do conhecimento social em disciplinas, que resultou da construção histórica das ciências sociais na Europa, no século XIX, não tem

qualquer justificação epistemológica. Em vez disso, a única especialização útil seria em torno de problemas ou campos de estudo específicos.

- 4. Questionar a separação entre o sujeito e o objeto de conhecimento. Aqui o desafio é tanto para o objetivismo (que enquadra o sujeito) quanto para o subjetivismo (que enquadra o objeto), uma vez que ambas as perspectivas se opõem a uma plena compreensão da realidade - e particularmente da realidade social. Em outras palavras, existe uma necessidade de se reconhecer que existe um mundo fora do sujeito, mas que o sujeito intervém na produção de conhecimento, de modo que a medição, por exemplo, altera o que é medido. Assim, o conhecimento surge como um produto intersubjetivo, entendido em termos de estruturas intersubjetivas e regras epistemológicas – regras sociais – que estabelecem a verdade.
- 5. Questionar a separação entre o conhecimento científico e humanístico. Se o conhecimento científico tem se preocupado exclusivamente com a busca da verdade por meio de procedimentos empíricos, e o conhecimento humanístico discutiu valores éticos e estéticos, a perspectiva da análise da colonialidade do poder destaca a importância de que o co-nhecimento, no próprio processo de sua produção, seja ao mesmo tempo verdadeiro, bom e belo. Procuramos, portanto, um reencantamento do mundo que a colonialidade e modernidade têm racionalizado e desencantado.

Em conclusão, temos aqui uma perspectiva de conhecimento com características promissoras que podem ser estendidas a várias direções para a criação de teorias mais gerais, mas também específicas: teorias gerais sobre as arenas mais amplas do modelo global de poder, a sua crise, e as alternativas históricas que podem substituí-lo; e teorias específicas sobre as arenas mais particulares deste modelo histórico do poder.

¹ Aníbal Quijano introduziu o conceito de colonialidade do poder em 1991. Ele depois desenvolveu a ideia em vários outros textos, incluindo Quijano e Wallerstein (1992) e Quijano (1993, 2000a,, 2000b, 2000c, 2001, 2003, 2004, 2007, 2009 e 2010). Para um debate sobre esse conceito, conferir os seguintes textos: Mignolo (2003), Escobar (2003) e Pachón Soto (2007).

Referências

Escobar, A. (2003) "Mundos y conocimientos de otro modo: El programa de investigación de modernidad/ colonialidad latinoamericano." *Tabula Rasa* 1: 51-86.

Mignolo, W. (2003) Historias locales/diseños globales: Colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo. Madrid: Akal.

Pachón Soto, D. (2007) "Nueva perspectiva filosófica en América Latina: el grupo Modernidad/Colonialidad." *Peripecias* 63.

Quijano, A. and Wallerstein I. (1992) "Americanity as a Concept or the Americas in the Modern World-System." International Journal of Social Sciences 134, UNESCO: 617-627

Quijano, A. (1991) "Colonialidad y modernidad/racionalidad." Revista del Instituto Indigenista Peruano 13.29: 11-20.

Quijano, A. (1993) "Raza, etnia y nación en Mariátegui: cuestiones abiertas." In: Aníbal Quijano et al. (eds.) José Carlos Mariátegui y Europa: El otro aspecto del descubrimiento. Lima: Amauta: 167-188.

Quijano, A. (2000a) "Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina." In: Edgardo Lander (ed.), Colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO/UNESCO: 201-246.

Quijano, A. (2000b) "Colonialidad del poder, globalización y democracia." In: *Tendencias básicas de nuestra época*. Caracas: Instituto de Altos Estudios Internacionales Pedro Gual: 21-65.

Quijano, A. (2000c) "Coloniality of power and social classification." In: *Journal of World-Systems Research* 6.2: 342-386.

Quijano, A. (2001) "Colonialidad, poder, cultura y conocimiento en América Latina." In: Walter Mignolo (ed.), Capitalismo y geopolítica del conocimiento. El eurocentrismo y la filosofía de la liberación en el debate intelectual contemporáneo. Buenos Aires: Signo: 117-131.

Quijano, A. (2004) "O 'movimento indígena' e as questões pendentes na America Latina." In: *Política externa* 12.4: 77-97.

Quijano, A. (2007) "Don Quijote y los molinos de viento en América Latina." In: *Investigaciones Sociales* 10.16: 347-368.

Quijano, A. (2009) "Des/colonialidad del poder: El horizonte alternativo." In: *Pasado y Presente* 21.

Quijano, A. (2010) "'Bien vivir' para redistribuir el poder: Los pueblos indígenas y su propuesta alternativa en tiempos de dominación global." In: Oxfam Annual Report 2009-2010: Pobreza, desigualdad y desarrollo en el Perú.

Wallerstein, I. (1997) Abrir las ciencias sociales. México: Siglo XXI.

> De Chiapas:

Enfrentando um mundo desigual

Por **Markus S. Schulz**, Universidade de Illinois em Urbana-Champaign, EUA, membro do Comitê de Programa do 2014 ISA World Congress, e Presidente do Comitê de Investigação da ISA de Pesquisas sobre o Futuro (RC07)



Mulheres indígenas maias na luta por dignidade. Foto por Markus Schultz.

ano de 2014 marca o vigésimo aniversário do Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA) entre Canadá, México e EUA. O NAFTA foi o primeiro acordo entre países em diferentes níveis de desenvolvimento e, assim, tornou-se a referência básica para os tratados subsequentes e as negociações em curso em direção à Parceria Trans-Pacífico (TPP) de vinte países do Círculo de Fogo do Pacífico e à Parceria de Comércio Transatlântico e Investimento (TIPT) entre a União Europeia e os EUA. Concebido durante a primeira administração Bush e implementado

sob Clinton, ele forneceu um modelo para a redução das tarifas para beneficiar empresas exportadoras, enquanto solapou os interesses dos trabalhadores e as questões ambientais.

2014 também marca o vigésimo aniversário da revolta indígena em Chiapas. Quando os zapatistas pegaram em armas no dia em que a NAFTA entrou em vigor, eles conectaram lutas locais por terra, direitos civis e uma vida digna com as lutas mais amplas por democracia e justiça social em um nível global. Ao longo dos anos, os zapatistas inspiraram um discurso crítico e a formação de redes de ativ-



Trabalho comunitário - preparo de um campo para rabanetes orgânicos nas terras altas de Chiapas. Foto por Markus Schultz.

istas transnacionais que, por sua vez, organizaram grandes manifestações em Seattle, Praga, Gênova e em outras cúpulas onde as elites globais traçaram a reestruturação neoliberal da economia mundial.

Embora os holofotes da mídia de massa tenham se afastado de Chiapas, seria um erro pensar que o movimento zapatista tenha perdido sua vitalidade. A rebelião continua, embora de formas diferentes. As comunidades maias insurgentes estabeleceram seus próprios municípios autônomos, onde eles experimentam formas comunitárias de autogoverno. Os delegados rotativos dos conselhos locais e regionais estão vinculados ao princípio de "mandar-obedeciendo", isto é, governar obedecendo. Em dezembro de 2012, os zapatistas mostraram sua força através da mobilização de dezenas de milhares de pessoas em uma marcha silenciosa por meio de San Cristobal de las Casas, a maior cidade das terras altas.

No verão passado, os zapatistas começaram a sua mais recente iniciativa, convidando os visitantes a suas comunidades para saber o que eles queriam dizer por "liberdade". As suas "escolinhas" (escuelitas) viraram o jogo: o mundo não foi convidado para ensinar os indígenas sobre o desenvolvimento, mas sim o contrário, para ver, ouvir e aprender com a sua experiência, sobre como esculpiram

alternativas sociais, como eles criaram estruturas participativas de autogoverno autônomo. As escuelitas não serviram para grandes discursos de altos pódios, mas para aprender em primeira mão a partir de suas práticas vividas de resistência diária.

Mais de mil e duzentas pessoas de todas as idades viajaram de todo o México e de países ao redor do mundo, incluindo ativistas, artistas, intelectuais, trabalhadores rurais, músicos, poetas, vendedores de rua, estudantes e simpatizantes de diversas esferas da vida. Não houve cobrança de taxas. Hospedagem e alimentação eram grátis, até mesmo transporte. Os que compareceram foram apenas convidados a pagar cem pesos (cerca de dez dólares) para materiais de estudo impressos, enquanto um frasco lacrado provia a oportunidade para doações anônimas. Os zapatistas explicaram que grandes doadores não devem se sentir muito cheios de si, enquanto que aqueles sem dinheiro não deveriam ser envergonhados.

Reuniões comuns proporcionaram oportunidades para perguntas e respostas sobre as visões dos zapatistas e seus princípios orientadores, mas a parte principal da aprendizagem ocorreu nas comunidades que tinham preparado as visitas ao longo de vários meses. A cada aluno foi destinado um Votán, um guia e tutor, como uma encarnação da comunidade. "Não há

um professor", explicou o subcomandante Marcos, porta-voz dos zapatistas, "mas sim um coletivo que ensina, que demonstra, que forma, e nisso e através disso, a pessoa aprende e, portanto, também ensina."

A história de um dos guardiões, um jovem Tzotzil, aparece como exemplo de muitos em sua geração. Tendo frequentado dois anos de ensino médio, ele próprio ensinava na escola primária da comunidade. Ele havia experimentado um modo de vida diferente, em Cancún. Seduzido pela perspectiva de ganhar dinheiro, ele foi para a cidade grande e teve empregos na construção civil, restaurantes e hotéis. Ele descreveu o seu fascínio com o esplendor de mansões brilhantes brancas da cidade e complexos hoteleiros, mas também como ele testemunhou a extrema pobreza da maioria da população, a poucos quarteirões de distância da faixa costeira e dos bairros ricos. Ele persistiu por mais de um ano neste modo de vida na economia monetária, recebendo ordens, muitas vezes lhe sendo negadas gorjetas, às vezes até mesmo seu salário. No final, ele se cansou e voltou para a sua comunidade. Ele preferia a dignidade ao invés da disciplina, a comunidade ao invés à concorrência.

Vinte anos depois da revolta, um sistema de escolas autônomas está de pé, no qual as comunidades zapatistas definem o currículo de acordo com as suas necessidades, valores e prioridades. Eles começaram com a construção de uma escola secundária em um dos centros regionais, onde os alunos normalmente permanecem por períodos de duas semanas, devido aos deslocamentos muitas vezes longos. Escolas de ensino fundamental foram estabelecidas ao nível da comunidade local, geridas por aqueles com pelo menos alguma escolaridade. Os zapatistas consideram este sistema muito superior ao das escolas oficiais gerenciadas pelo governo, cujos professores muitas vezes não falam a língua local e rejeitam serem enviados a locais remotos longe da família e de amenidades urbanas. Os professores zapatistas preferem ser chamados de promotores de educação, porque eles rejeitam a abordagem "de cima para baixo" de instrução convencional, em favor de uma forma mais cooperativa de aprender juntos. O ensino não é assalariado. A comunidade oferece alojamento, alimentação, tempo fora de obras comunitárias e um pequeno subsídio para vestimentas.

Compartilhar a vida em uma comunidade inclui trabalhar nos campos, plantar vegetais, colher frutas, enxaguar e lavar roupas, preparar a comida, comer juntos, cantar músicas e contar histórias. Se classificados por medidas materiais, o padrão de vida da comunidade onde eu fiquei no verão era muito pobre. As cabanas de adobe eram simples e tinham apenas pisos áridos. Não havia quaisquer aparelhos modernos nem acesso à rede elétrica. Por outro lado, há muitas vantagens também. O cenário era tranquilo, bem longe de rodovias ruidosos ou indústrias poluentes. Um riacho próximo fornecia água corrente. A dieta consistia principalmente de tortilla de milho, arroz, feijão, legumes, ocasionalmente um ovo, mas geralmente não havia carne nem refrigerante comercial. Em grande parte produzidos localmente, eram alimentos frescos, orgânicos, e saborosos. Talvez o mais importante, a comunidade mostrava um forte senso

de dignidade e tinha orgulho de sua autonomia.

O milho é o principal pilar da agricultura de subsistência maia. O NAFTA expôs os camponeses mexicanos à concorrência dos EUA, onde o milho é produzido em escala industrial em grandes monoculturas com pesados subsídios governamentais. Isso trouxe pressão para o abandono da terra e a busca por empregos nas cidades ou no exterior. Os zapatistas continuaram a cultivar milho para consumo próprio de forma tradicional em seus milpas, pequenos campos muitas vezes em encostas íngremes, compartilhados com outras plantas, como as ervas daninhas comestíveis, abobrinhas e, especialmente, feijão, que usam os caules de milho após a colheita do milho. Os zapatistas se opõem às sementes transgênicas propagadas por gigantes corporativos como a Monsanto. Contrastam a diversidade genética que evoluiu durante quase 9.000 anos de cultivo na Mesoamérica com a estreiteza das poucas variedades cultivadas pelo agronegócio nos EUA e que dependem de pesticidas.

Uma grande transformação ocorreu nas relações de gênero. O Direito das Mulheres Revolucionárias promoveu a igualdade de gênero. Como se tratava de uma ruptura com o patriarcado profundamente enraizado, algumas comunidades adotaram mais rápido do que outras. Por exemplo, quando confrontadas com as altas despesas de transporte e alimentação, as famílias que vivem longe da escola secundária enviavam apenas seu filho, mas não a sua filha, reproduzindo, assim, desequilíbrios. No entanto, há muitos sinais de que a geração mais jovem está abraçando a igualdade de gênero mais facilmente. Por exemplo, os garotos já não consideram a lavagem da roupa como sendo tarefa de mulheres, e enxergam a si mesmos executando estas tarefas. Da mesma forma, um número crescente de mulheres atuam como promotoras de educação e saúde e

nos conselhos de autogoverno.

A resposta estratégica do governo mexicano para os Zapatistas mudou ao longo do tempo. Ele havia parado suas campanhas militares iniciais após protestos por todo o México e no exterior. Mais recentemente, o governo patrocinou a construção de uma Cidade Sustentável Rural e uma fábrica de montagem ao lado das fortalezas zapatistas. No entanto, os empregos prometidos que poderia ter atraído os camponeses a abandonar suas terras desapareceram rapidamente quando os subsídios acabaram, e as novíssimas casas pintadas em cores fortes estão em geral vagas, uma vez que foram consideradas deficientes na construção. Embora atualmente não haja incursões do exército nas comunidades, há preocupações com sobrevoos de baixa altitude de aviões militares. Os zapatistas consideram que o atual presidente do México somente chegou ao poder apenas graças a um sistema eleitoral injusto e preconceito da mídia de massa. O sistema político, segundo a perspectiva dos zapatistas, está tão corrompido que eles se recusam a cooperar com qualquer um dos partidos políticos.

A resistência dos zapatistas é simultaneamente política, econômica, social e cultural. É sobre como fazer o autogoverno, trabalho de subsistência e a criação de um modelo social com apelo inerente. Sua resposta para a questão da justiça social começa com a liberdade. Eles não pedem permissão, mas eles fazem as coisas. Políticas de ajuste estrutural têm aumentado favelas urbanas no mundo inteiro; é hora de reconhecer a inovação do desenvolvimento de baixo para cima. A sociologia com aspirações globais e em sintonia com os problemas de desigualdade pode se beneficiar ao prestar atenção às lutas nas bases das periferias do Hemisfério Sul.

> Nas prisões sírias

Desconectados e des-subjetivados

Por Abdulhay Sayed, anteriormente na Universidade de Damasco, Síria

relatório financiado pelo Qatar, feito por uma equipe independente de antigos promotores da ONU, que analisou milhares de fotografias contrabandeadas de cadáveres de

presos famintos e torturados em cen-

tros de detenção na Síria, forneceu evi dências de uma já suspeitada matança de detentos em "escala industrial". O relatório seguiu relatos similares de organizações locais de direitos humanos na Síria, que descreveram as condições atrozes de detenção nãos prisões do regime atual Sírio. Este ensaio focará

mais nos testemunhos do que nas imagens. Re existe agora abundante documentação de testemun detentos que sobreviveram às prisões sírias. Eu olh como os prisioneiros sobreviveram no espaço de det como seus corpos viveram a descida lenta para o no limite entre a vida e a morte, e como eles presen outros detentos se "desconectando", antes de sumire gunto se, e em que medida, a experiência devastad Muselmänner, que marcou Auschwitz na memória de Levi e de outros tantos sobreviventes, e que Giorgio ben recentemente transformou em um paradigma ajudar-nos a entender tanto a atual tragédia dos pros "desconectados" das prisões Sírias c dades infligidas sobre o espaço político sí

De acordo com testemunhos de vários sopreviventes, na um número crescente de detentos, presos por envolvimento em manifestações pacíficas ou trabalhos de assistência, que podem ter morrido na prisão e terem tido seus corpos enterrados em valas comuns secretas. Os testemunhos dos sobreviventes frequentemente apontam para como os detentos enfrentam um espaço esmagadoramente limitado e excessiva superpopulação nos locais de detenção. As condições extremas de tortura tornaram-se rotina. Violência e degradação desumanas não estão confinadas às sessões de interrogatório, mas parecem ser parte do cotidiano de um recluso em um centro de detenção sírio.

Testemunhos coletados pela ONG síria Centro de Documentação de Violações (CDV) – cofundada pelo renomado e agora sequestrado advogado Razan Zeitouneh – indicam

que os carcereiros frequentemente deixam os detentos

famintos para levá-los à beira de um colapso. A inanição parece ser usada tanto como técnica de tortura, como também um meio para inscrever a fome na memória dos sobreviventes, como característica do cotidiano da detenção. As duras condições de prisão frequentemente levam ao que pode ser descrito como

sconexão". Veja aqui como um sobrevivente descreveu centro de detenção de inteligência militar em Qaboun, nasco, onde existem numerosos presos "desconectados" conta das condições em sua cela:

ui colocado em uma cela de dois por cinco metros com a de 180 detentos. Havia muitos internos "desconecta-". Esta é a palavra usada para designar aqueles detenque começam a falar e agir de uma forma desorientada ido à tortura extrema e à temperatura muito alta dendas celas... Costumávamos ver um ou dois detentos que ctavam todos os dias devido à pressão psicológica, alor... O detento começa a agir e dizer coisas se sem sentido...

tema de evacuação de cadáveres da cela, para tirá-los do centro de detenção. Em alguns centros de detenção, a evacuação é confiada a <u>detentos veteranos</u>, que podem ser forçados a recolher os corpos e levá-los para fora. Em outros centros de detenção, quartos chamados de "<u>consolação</u>" rsão criados, geralmente adjacentes aos banheiros, para os desconectados e os mortos. As memórias dos sobreviventes se fixam nos corredores fora das celas, onde os corpos dos

"Árvore", feita de bronze, pelo escultor sírio, Fadi Yazigi. Com a permissão do escultor. detentos desconectados se acumulavam perto dos banheiros, esperando e recebendo mortes lentas. Veja aqui como um sobrevivente descreveu sua experiência de <u>olhar nos olhos</u> dos detentos desconectados:

Todos os dias cerca de vinte detentos eram jogados no corredor para encontrar seus "destinos" e morte lenta... os casos variavam entre os presos que estavam para morrer devido à severa tortura, desconexão ou alta temperatura, e aqueles que pareciam esqueletos por ulcerações agudas. Eles urinavam no mesmo lugar, que estava cheio de pus e sangue. Estavam prestes a morrer. Seus olhos permaneciam abertos e capazes de focar um olhar, como se a pedir aos colegas que eram capazes de andar que testemunhassem seus sofrimentos para o mundo exterior.

Um deles é particularmente atingido por este momento estendido na experiência do detento, quando a mente simplesmente se desconecta ou desliga, deixando o corpo em um tipo de estado vegetativo, antes de morrer. Parece obviamente tentador traçar paralelos com a figura do Muselmann, conhecido no campo de concentração de Auschwitz, que Giorgio Agamben recentemente sintetizou em seu livro de 2005, O que resta de Auschwitz. Foi Primo Levi que, como sobrevivente de Auschwitz, primeiro testemunhou em seu livro, em 1946, É isso um homem?, a existência da categoria de detentos em Auschwitz que eram chamados pela SS, assim como outros detentos de Muselmänner, ou os Mulçumanos. A descrição de Levi era gráfica: os Muselmänner eram os "afogados" ou "não humanos" que povoavam Auschwitz. Eles eram aqueles que "marchavam em silêncio", com os corpos em "decaimento", suas cabeças "caídas e ombros curvados" em cujas faces e olhos "nenhum traço de pensamento" podia ser visto. De acordo com testemunhos de sobreviventes, a figura do Muselmann como "morto vivo", "cadáver ambulante", "esqueleto ambulante", "homem múmia", era conhecida em outros campos de concentração, mas sob nomes diferentes. Existe pouca pesquisa sobre a origem e o uso extremamente pejorativo do termo Muselmann.

Com a figura do *Muselmann*, Agamben estava interessado em duas questões inter-relacionadas: como foi possível testemunhar as situações extremas dos campos de concentração, onde a intenção dos nazistas era aniquilar todos os prisioneiros e qualquer possibilidade de testemunho; e como o poder nazista, em última instância, "des-subjetivava" os seres humanos. Agamben mostrou como, pela fome do "outro", ao deixar este "outro" alcançar a condição de *Muselmann*, o poder ganha tempo. Isto constrói um "terceiro reino" entre a vida e a morte. A condição do *Muselmann* simboliza o triunfo do poder sobre os seres humanos, ao des-subjetivá-los, reduzindo-os à sua existência biológica. O poder permite-lhes sobreviver na condição de vida nua.

Embora alguém possa estar tentado a traçar paralelos

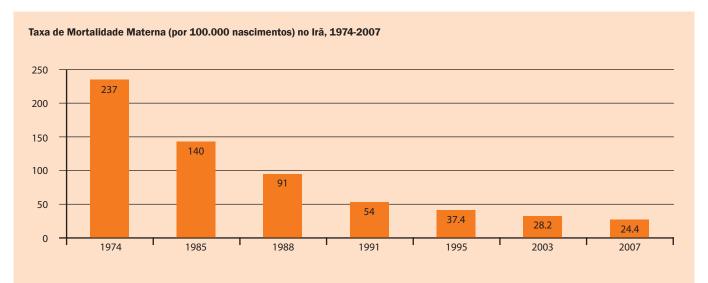
com o detento "desconectado" sírio que, com efeito, é dessubjetivado em sua vida consciente, separada de sua vida biológica, esta experiência comum para aqui. Certamente há muitas diferenças entre o Muselmann de Auschwitz e os detentos "desconectados" sírios. A condição do Muselmann era secundária para Auschwitz, já que toda a empreitada era orientada para a aniquilação, incluindo a possibilidade de testemunho. Em contraste, a condição de "desconectado" sírio desempenha um papel central no mecanismo geral do regime de poder sírio. A imagem do "desconectado" serve à função primária de dar um exemplo. Ela deve ser cravada na memória dos sobreviventes. O testemunho dos sobreviventes constitui e completa a condição de "desconectado". Não existe "desconectado" sem sobrevivente, nem sobrevivente sem "desconectado". A experiência do "desconectado" deve ser retransmitida pelos sobreviventes como parte esforço incessante do regime para inscrever o medo na mente dos sírios.

Além disso, a "muselmannização" dos detentos sírios exemplifica como o regime representa e lida com o espaço político sírio. O mecanismo de poder do regime não é primariamente gerado para eliminar uma categoria de população, mas mais para remover a capacidade das pessoas de desenvolver qualquer reivindicação política coletiva de oposição em espaços públicos, reduzindo estas pessoas a um fato meramente biopolítico, ou uma população a ser arregimentada e eliminada à vontade. Eliminação por meio de assassinatos em escala industrial, destruição e deslocamento não são o fim do poder, mas só uma forma usada pelo regime para reconquistar e subjugar a sociedade. Em face da mobilização política pacífica, o regime prende os manifestantes e joga-os em suas prisões infernais, que são organizadas para retirar deles sua própria consciência de direitos políticos, ao trazê-los para dentro de um estado de desconexão; em seguida, expelindo os mortos entre eles como um resíduo meramente biológico.

É possível traçar um paralelo entre o trauma infligido em corpos individuais nos centros de detenção sírios e o trauma infligido no corpo político sírio: tortura do corpo aqui, destruição de cidades inteiras ali; trazendo detentos para se desconectar aqui, obliterando praças públicas onde os cidadãos pacificamente se reúnem para expressar aspirações políticas ali; ejeção de cadáveres de presos aqui; desalojamento de civis ali? Certamente, esta é uma forma teoricamente fácil e um paralelo insustentável, mas notavelmente expressa a realidade vivida da tragédia síria, que é fundamentalmente marcada pelo sufocamento sistemático do regime de qualquer movimento civil e pacífico por liberdade política.

> Progresso ambiguo para as mulheres no Irã

Por Shirin Ahmad-Nia, da Universidade Allameh-Tabataba'i, Irã



Fonte: "Heath Profile Indicators in the Islamic Republic of Iran", Centro de Saúde de Desenvolvimento de Rede e Promoção da Saúde, Ministério da Saúde e Educação Médica, 2009

sociedade iraniana sofreu mudanças sóciopolíticas, econômicas e culturais dramáticas desde a revolução islâmica de 1979, alterações que são especialmente perceptíveis nos novos modelos de família, educação e vida urbana.

Pouco antes da revolução no Irã, menos da metade das pessoas (47%) viviam em áreas urbanas, enquanto que hoje, segundo o último Censo Nacional de 2011, o número subiu para 71%. Ao longo dos últimos 50 anos (1956 a 2011), a taxa total alfabetização de iranianos em regiões urbanas cresceu de 39,5% para 88,9%, enquanto o hiato de gênero na educação secundária e superior sofreu um estreitamento drástico.

De acordo com as estatísticas oficiais, cerca de um décimo das famílias iranianas são chefiadas por mulheres; a percentagem de mulheres que são solteiras, viúvas ou divorciadas também está crescendo rapidamente. No entanto, as crenças culturais trabalham fortemente contra a participação econômica das mulheres nos setores mais formais da economia. Os valores tradicionais de segregação de gênero, como "os homens são os principais ou os únicos provedores da família", barram o acesso fácil das mulheres ao mercado de trabalho oficial, o que acarreta que as taxas de atividade econômica das mulheres iranianas estão somente um pouco acima de 12%, ou seja, quase o mesmo que antes da revolução. Isso está em desacordo com presença florescente das mulheres nas esferas de educação de hoje, e, em particular, com o crescente número de graduadas do sexo feminino numa variedade de disciplinas, para as quais as taxas de desemprego são quase o dobro das dos homens.

Apesar dessa discriminação toda contra a participação feminina no mercado de trabalho, os níveis de educação mais altos das mulheres, seu maior acesso à mídia internacional, o uso maior de tecnologias de informação

e comunicação que trouxe a globalização cultural, e, assim, sua familiaridade com novas ideias e ideais, estilos de vida e valores multiculturais - todos esses fatores, inevitavelmente, trouxeram mudanças notáveis na identidade de gênero de mulheres mais jovens.

As gerações mais jovens de mulheres redefiniram sua identidade de gênero longe dos papéis tradicionais de esposa e mãe, em favor da participação em eventos comunitários e culturais, bem como em atividades econômicas. Entrar na "esfera pública", apesar das barreiras culturais, empoderou as mulheres e as fez financeiramente independentes. Com suas potencialidades e capacidades melhoradas, essas jovens fizeram novas escolhas individualistas, o que teve como consequência novos modelos de família e estilos de vida.

Enquanto o casamento precoce (por volta da puberdade) tem sido a resposta comumente dada para as necessidades básicas de adolescentes que procuram relacionamentos íntimos em uma sociedade profundamente tradicional, que na verdade não tinha sido tocada pelas políticas de modernização da era do Xá, ao longo dos últimos mais de 50 (1956 a 2011) anos, a idade média do primeiro casamento das mulheres aumentou de 18 para 24 anos. No mesmo período, houve um

declínio gradual no tamanho médio da família (4,8 para 3,5 pessoas), e uma queda drástica na taxa média de fertilidade, de 6 para cerca de 2 nascimentos por mulher. A taxa de crescimento da população, em geral, que estava em seu nível mais alto (3,91%) no período de 1955-1965, caiu vertiginosamente para 1,29% em 2011.

Desde a revitalização do programa de planejamento familiar, em 1989, o percentual de mulheres casadas que usam contraceptivos cresceu para cerca de 74%. Isto reduziu a taxa de natalidade e o número de gravidezes indesejadas; como resultado, houve diminuição notável na taxa de mortalidade materna, de 237 (para cada 100.000 nascidos vivos) em 1973 para 21 em 2010. A melhoria da saúde das mulheres também se reflete na maior expectativa de vida, que cresceu e, em 2011, gira em torno de 75 anos.

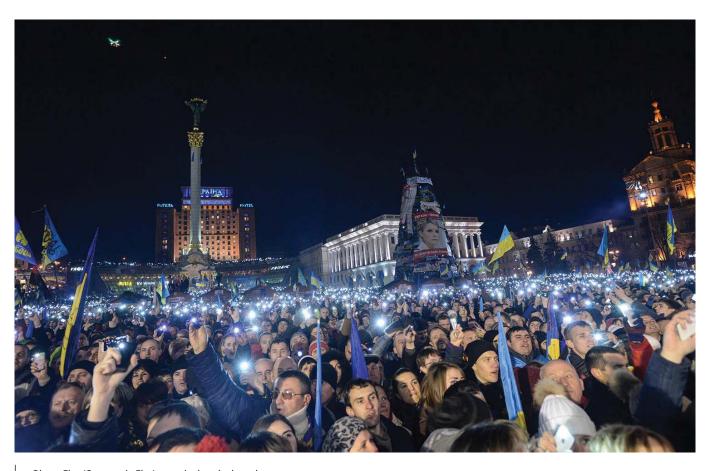
Essas mudanças sócio-culturais têm contribuído para a escolha independente de cônjuges, para relações íntimas pré-maritais e rompimentos familiares. A escolha do parceiro ocorre agora nas universidades, nos locais de trabalho, parques, shoppings, fóruns de internet, salas de chat, em ruas e até mesmo durante cerimônias e rituais religiosos, onde os jovens encontram espaços para encontrar e fazer amigos. O casamento é muito menos

governado por casamenteiros idosos e tradicionais do que era há cerca de uma década! Taxas sem precedentes de divórcio (um terço de todos os casamentos terminaram em divórcio em Teerã, em 2012) levaram a um número crescente de formas menos comuns de relações conjugais, tais como a forma não permanente Islâmica (xiita) do casamento (*Sighe ou Mot* 'e), que é uma resposta religiosa para a quantidade crescente de comportamentos sexuais de alto risco, pré-conjugais e extraconjugais.

Há escassas pesquisas a nível nacional sobre questões de saúde sexual e reprodutiva entre adolescentes e jovens, mas a evidência no nível local mostra que a idade da primeira experiência sexual caiu para a adolescência para meninos e meninas. Além disso, as relações não convencionais têm levado a chamados "comportamentos de alto risco", que expõem os jovens a doenças sexualmente transmissíveis, como HIV/AIDS – isso tudo agravado, ainda, por mudanças no estilo de vida e atividades de lazer que incentivam o consumo de drogas modernas e álcool, facilmente acessíveis e a preços baratos no mercado negro. Ocorrendo em um país em que nenhuma dessas atividades é permitida, seja pela religião seja pela lei, tais tendências têm alarmado famílias e autoridades.

> Euromaidan Perfil de uma rebelião

Por Volodymyr Paniotto, Universidade Nacional da Academia Kyiv-Mohyla, Diretor Geral do Instituto Internacional de Sociologia de Kyiv (KIIS), e membro do Comitê de Pesquisa em Lógica e Metodologia da ISA (RC33)



Okean Elzy (Oceano de Elza), popular banda de rock ucraniana, tocando em Maidan em 14 de dezembro de 2013.

aidan é um fenômeno sociológico único. Os termos "multidão", "reunião" ou "demonstração" não capturam adequadamente seu caráter dinâmico. Tecnicamente, "Maidan" refere-se à Praça da Independência, em Kiev, mas agora está indelevelmente ligado a um acampamento em constante mudança, que inclui tanto uma cidade de tendas quanto uma variedade de edificios adjacentes ocupados pelos mani-

festantes. O dinamismo e o drama do Euromaidan podem ser divididos em quatro fa-ses.

> Fase um: protestos iniciais

A Ucrânia e a União Europeia tinham planejado assinar o Acordo de Associação de 28-29 de novembro (2013) na cúpula "Parceria Oriental", em Vilnius. No entanto, para surpresa da população ucraniana, as autoridades ucranianas suspenderam os preparativos

para a assinatura do acordo. A primeira reunião em Maidan ocorreu em 24 de novembro, reunindo entre 50 e 100 mil pessoas – o maior encontro desde a Revolução Laranja, de 2004. Adeptos da U.E. começaram a erguer tendas na Praça da Independência e centenas ficaram por lá durante a noite. Tendo em vista que "Maidan" é "praça" em ucraniano, as manifestações seguintes e a existência permanente da "cidade das tendas" foram chamadas de "Euromaidan".

Fase dois: a agressão contra os manifestantes e seu perfil em mudanças

Às 4 horas da manhã do dia 30 de novembro, centenas de membros do esquadrão especial da polícia, "Berkut" [Águia de Ouro], usaram da força para dispersar apoiadores da integração europeia, principalmente os jovens reunidos em Maidan. Era mais do que uma mera expulsão da praça – os manifestantes foram expulsos e apanharam, depois foram perseguidos ao longo da Khreschatyk (rua principal) e das ruas adjacentes, até a Catedral de St. Michael, onde monges abriram os portões e esconderam os estudantes em fuga.

Esses eventos causaram um clamor público. Assim, no domingo seguinte (08 de dezembro), um público recorde de manifestantes, estimado entre 700 mil e um milhão de pessoas, chegou ao Maidan e às suas ruas circundantes. vindo não apenas de Kiev, mas também de cidades vizinhas, principalmente das regiões ocidentais. Quem veio para Maidan e quais as demandas que eles tinham? A fundação Iniciativas Democráticas encomendou uma pesquisa com os manifestantes, conduzido pelo Instituto Internacional de Sociologia de Kiev (KIIS) durante o fim de semana de 07 e 08 de dezembro. Fizemos 1.037 entrevistas face a face. O estudo de acompanhamento foi realizado em 20 de dezembro, um dia útil de semana, e incluiu somente os ocupantes do acampamento em Maidan.

É necessário dizer algumas coisas sobre a metodologia que usamos. Rapidamente percebemos que nossa experiência em sondagens e entrevistas de rua não foi de muita utilidade nesse contexto de constante mudança, onde o número de habitantes permanentes em Maidan oscilou entre 5 e 20 mil, mas que poderia alcançar os 100 mil em um comício de domingo. Por isso, nossa metodologia usual, concebida para um contexto estável, teve que ser alterada. Nossa técnica

de amostragem identificou os setores de Maidan (incluindo os edifícios ocupados), e os entrevistados foram selecionados aleatoriamente dentro de cada um desses setores, ponderando os resultados pelo número estimado de pessoas em cada setor. No que diz respeito aos ocupantes dos edifícios, foi utilizado o procedimento padrão de pesquisa de saída, ou seja, entrevistar pessoas que saiam do prédio em intervalos determinados. Quanto à Maidan, nós demarcamos vários pontos de entrevista na praça. Juntamente com o entrevistador, uma linha de três metros foi desenhada e todos os que cruzaram essa linha deveriam ser entrevistados. No entanto, na prática, as linhas não eram visíveis, e os entrevistadores tinham que criar uma linha imaginária entre eles e um objeto notável. Supervisores observaram como as entrevistas estavam sendo realizadas e cada local da entrevista foi fotografada de cima, para estimar o número de pessoas no setor específico demarcado, de modo a ser possível ponderar os resultados.

Os dois principais motivos que levaram as pessoas à Maidan foram: o espancamento brutal de manifestantes em Maidan durante a noite de 30 de novembro (70%) e a recusa de Yanukovych em assinar o Acordo de Associação com a União Europeia (54%). Outros motivos para a participação nos protestos incluíram o desejo de melhorar a vida na Ucrânia (50%) e mudar a estrutura de poder do país (39%). Os respondentes em Maidan fizeram as seguintes exigências: liberar os manifestantes presos e acabar com a repressão (82%); a renúncia do governo (80%); a renúncia de Yanukovych, seguido de eleições presidenciais antecipadas (75%); assinar o Acordo de Associação com a União Europeia (71%); começar a investigação criminal e o julgamento dos responsáveis pela violência perpetrada contra os manifestantes em Maidan (58%). Em suma, podemos dizer que as principais demandas estavam focadas em questões de justiça social e dignidade humana, razão pela qual os jornalistas chamaram os protestos de

"A Revolução do Respeito".

Comparando-se o acampamento permanente em Maidan com os comícios que ocorriam ali, houve uma predominância clara de pessoas de fora Kiev no primeiro (81%), enquanto os segundos foram dominados por residentes de Kiev (57%). Entre os não-residentes, os manifestantes da Ucrânia Ocidental dominaram ambas as Maidans (52% nos comícios e 42% do acampamento), indicando uma proporção um pouco maior de outras regiões no acampamento. O nível educacional nos comícios era muito alto: aqueles com ensino superior foram responsáveis por 64%, enquanto os de ensino superior incompleto responderam por outros 13%. No que diz respeito à ocupação, cerca de 60% eram profissionais, empresários e gestores. Em outras palavras, a maioria dos participantes das manifestações era de classe média. No acampamento, no entanto, a proporção de profissionais foi menos da metade dos comícios e os detentores de diplomas universitários compuseram menos de 50% dos ocupantes.

> Fase três: a radicalização de Maidan

Maidan suportou semana após semana, mas suas exigências não foram aten didas e os ativistas foram sendo continuamente presos. Os manifestantes – vivendo em tendas em temperaturas de 10 graus abaixo de zero – tornaram-se cada vez mais radicais. Em 16 de dezembro, o Parlamento aprovou leis muito severas cujas penas para protesto aumentaram significativamente (os jornalistas chamaram, inclusive, de "ditadura"). Indignados com essas leis, os manifestantes organizaram uma marcha de Maidan ao Parlamento, que foi parada pela polícia. No curso das lutas em torno das barricadas erguidas em Grushevskovo Street, muitos foram feridos e várias pessoas foram mortas. Além disso, infiltrados desconhecidos sequestraram manifestantes para as florestas, onde foram brutalmente espancados. Um ativista foi encontrado morto, e

vários deles ficaram desaparecidos.

Em 03 de fevereiro, juntamente com a "Iniciativas Democráticas", o KIIS replicou a pesquisa feita em Maidan (a anterior tinha sido realizada em 20 de dezembro). Durante esses meses, um mês e meio de acampamento em Maidan transformou-se em um campo militar: "Maidan Sich" ("sich" refere-se a um campo cosaco de Zaporozhian, símbolo da independência da Ucrânia). A proporção de manifestantes disposta a recorrer a formas mais militantes de protesto aumentou: os partidários de piquetes em prédios do governo aumentaram de 38% para 56%; aqueles a favor de aproveitar os edifícios aumentaram de 19% para 41%; os que estavam a favor da criação de estruturas de poder paralelas e formações militares aumentaram de 31% para 50%. Pesquisas nacionais de opinião e notícias diárias apontaram para a radicalização de atitudes em todo o país. Atitudes em relação ao Maidan variaram conforme a região. Uma pesquisa realizada pela KIIS, entre 08 e 18 de fevereiro em todas as regiões da Ucrânia, incluindo Crimeia (2.032 entrevistas face a face), mostrou que no país como um todo 40% da população apoiava Maidan, mas esse número variou de 8% no Leste para 80% no Oeste.

> Fase quatro: repressão violenta e vitória para Maidan

Em 18 de fevereiro, a situação inten-

> Com qual lado você simpatiza no atual conflito na Ucrânia?

PERCENTUAL DE APOIO POR	REGIÕES				
	Ucrânia Total	Oeste	Central	Sul	Leste
Governo e Yanukovych	23	3	11	32	52
Manifestantes	40	80	51	20	8
Nenhum	32	13	33	42	39
Difícil dizer	5	4	6	7	1

sificou-se, sobretudo quando os preparativos para invadir Maidan foram armados. A praça foi cercada pela polícia, atiradores de elite se moveram para os edifícios ocupados, e os confrontos começaram, mantendo-se dia e noite, com apenas pequenas interrupções em 19 e 20 de fevereiro. Armas de assalto foram usadas por ambos os lados. Durante esses três dias. mais de 100 manifestantes foram mortos ou faleceram devido a ferimentos, juntamente com cinco policiais do Berkut. Além disso, mais de 1.500 pessoas ficaram feridas e cerca de 300 desapareceram sem deixar rastro algum. Esse foi um trauma para o país. Na sessão parlamentar de 21 de fevereiro, vários membros do partido no poder apoiaram a oposição, e o Parlamento votou a favor de cancelar todas as

milícias e enviá-los de volta aos seus quartéis.

Ao mesmo tempo, na presença de representantes da Polônia, Alemanha, França e Rússia, o presidente Yanukovych assinou um acordo com a oposição para resolver a crise. No entanto, na noite do mesmo dia, ele desapareceu de repente. Foram feitas muitas tentativas de interceptar sua fuga e prendê-lo, mas ele conseguiu fugir para a Rússia. Assim, o Parlamento nomeou um novo governo, anunciou novas eleições para presidente e, seguindo a Constituição, o presidente interino assumiu o cargo de Presidente. Dessa forma, o poder mudou de mãos na Ucrânia.

Recebido em 9 de março de 2014.

> A revolução ainda nem começou

Por **Volodymyr Ishchenko**, Universidade Nacional da Academia Kyiv-Mohyla e diretor substituto do Centro Pesquisa da Sociedade, Kiev, Ucrânia



Maidan se transforma em violência em massa após o parlamento aprovar as leis repressivas que restringem as liberdades cívicas em 16 de janeiro de 2014.

onsiderando que os acontecimentos na Ucrânia ainda estão se desenvolvendo rapidamente, impulsionados por comícios "separatistas" nas regiões orientais e meridionais e por intervenção militar russa na Criméia, qualquer tentativa de generalização teórica tem que ser provisória. Ainda assim, o governo do presidente Yanukovych foi derrubado; o novo governo parece estar a tomar o controle, mais ou menos de forma eficiente, de quase todo o território ucraniano, e anunciou as primeiras reformas políticas e econômicas.

Muitos analistas e ativistas rotularam os eventos como "revolução" – "nacional", "democrática", "anti-colonial" ou "burguesa". Mas, o que inegavelmente aconteceu na Ucrânia foi uma rebelião por parte da população ucraniana (predominantemente concentrada nas regiões ocidental e central, com muito menos apoio nas regiões orientais e meridionais), sob direção muito débil, e frequentemente contestada, dos partidos parlamentares, envolvendo (na fase final) confrontos violentos entre grupos paramilitares armados e polícia. O resultado foi uma mudança na elite dominante. Embora alguns cientistas políticos¹ afirmem que isso é suficiente para chamar, "à la Tilly", esses eventos de Revolução, a mudança de elites, resultante da mobilização popular, não é o que desperta tanto interesse assim nas revoluções. Em vez disso, estamos geralmente procurando e esperando algum potencial para radicais mudanças institucionais e estruturais.

Será que a revolta trará mudança nas classes ou na situação

sócio-econômica da Ucrânia? Os altos postos da economia são controlados pelos mesmos bons e velhos "oligarcas" – grupos financeiro-industriais, com estreitas ligações com o Estado. Além disso, eles estão agora assumindo, ainda mais evidentemente, o controle sobre o governo central e local. O ucraniano "rei de chocolate" Petro Poroshenko (que trabalhou tanto com o governo de Yushchenko quanto com Yanukovich) emergiu como o vencedor mais provável nas próximas eleições presidenciais. Na tentativa de legitimar seu governo no que hoje são as regiões de oposição, e para fortalecer a unidade nacional face à intervenção russa, o novo governo nomeou algumas das pessoas mais ricas da Ucrânia (Ivan Kolomoiskyi, Serhiy Taruta) para serem governadores regionais nas regiões orientais da Ucrânia.

A conjuntura política está cada vez mais pluralista; porém, isso dificilmente significa que as instituições estejam mais democráticas. A tentativa de monopolizar o poder pela "família Yanukovych" foi efetivamente interrompida em favor de um regime oligárquico mais coletivo. Apesar da nova Constituição de 2004 conceder maior poder ao parlamento, diminuindo o poder do presidente, isso dificilmente pode ser considerado como algo mais democrático. As eleições do Parlamento serão organizadas exclusivamente com base na representação proporcional, a partir de votação em listas de partido. A Constituição não propõe qualquer mecanismo de controle das pessoas sobre quem serão os candidatos na lista de cada partido (através de primárias, por exemplo). A liderança do partido tem poder quase ilimitado sobre a composição das listas partidárias, com direito de excluir deputados dissidentes dos grupos parlamentares que, neste caso, perderiam automaticamente seu mandato. É possível que as regras de controle parlamentar levassem a uma repetição do desastre de 16 de janeiro de 2014, quando, passando por cima dos procedimentos e violando a constituição, o parlamento aprovou dez leis que restringiram a liberdade de expressão e a liberdade de reunião pacífica.

Uma das demandas levantadas pelo movimento de Maidan, isto é, um dos problemas mais importantes que trouxe as pessoas às ruas e uma das questões que está ainda no centro do plano do novo governo de ação, é a transparência do governo político e o combate à corrupção. Esta questão não pode ser ignorada, mesmo que seja uma palavra de ordem para os neoliberais. Estabelecer instituições formais eficazes e transparentes no lugar de processos informais que favorecem àqueles poucos que se situam próximos à elite do poder constituiria um importante avanço modernizador para a Ucrânia. No entanto, é altamente duvidoso que esses problemas possam ser resolvidos sem também desafiar seriamente a desigualdade e a pobreza na sociedade ucraniana. Até agora, vimos apenas o oposto disso - o governo declarou sua total disponibilidade para aceitar todas as medidas de austeridade exigidas pelo FMI como condição para os empréstimos, o que só agrava a desigualdade econômica. Além disso, qualquer movimento em direção a uma maior transparência no funcionamento dos círculos mais altos do

poder não seria apoiado pelos oligarcas, que dependem de todos os tipos de benefícios estatais informais que mantêm sua vantagem competitiva no contexto do capitalismo periférico da Ucrânia. Numa competição aberta com empresas europeias na zona de livre comércio, a proteção seletiva e o acesso aos recursos do Estado serão ainda mais importantes. A competição internacional é o fator mais relevante que limita a expansão do capital nacional ucraniano; daí a importância da proteção do Estado, ele próprio enfrentando pressões concorrentes da União Européia e da Rússia. Paradoxalmente, a revolução "anti-colonial" da Ucrânia parece estar aumentando a dependência econômica do país.

No contexto de apoio internacional, a violência mostrouse eficaz no enfrentamento da intensa, e ao mesmo tempo inconsistente, coerção² de Yanukovych. No entanto, ela também teve uma série de consequências prejudiciais. Entre elas, uma ascendência na carreira da coligação "setor de direita", incluindo grupos manifestadamente neonazistas, cujos protestos de Maidan os levaram rapidamente das margens para o centro, e dentro de três meses tornaram-se fator influente na política ucraniana. Porém, esses protestos não podem ser rotulados como "golpe fascista" - como retratado pelos meios de comunicação russos e em algumas análises da esquerda –, pois isso implicaria um ataque armado e uma tomada organizada do poder, o que não acontece nos eventos ucranianos. O setor de direita e o movimento de Maidan, em geral, quase não foram controlados pelos partidos políticos que chegaram ao poder. A direita armouse (tendo apreendido armas nos departamentos de polícia) e ganhou certo apoio popular, por serem vistos como heróis de uma revolta popular bem sucedida.

Tal como no caso das grandes revoluções do passado, a intervenção estrangeira é um fator importante para reduzir ainda mais o já fraco potencial libertador, como percebido em Euromaidan, onde o aumento dos sentimentos nacionalistas deixou de lado o controle cívico sobre o governo e outras agendas sociais importantes. Assim, se a agitação sócio-econômica surgir uma vez mais – desta vez, contra as medidas de austeridade do novo governo e seu domínio oligárquico evidente -, ela será levada, provavelmente, pela extrema-direita populista, e não pela nova esquerda incomparavelmente mais fraca. E, enquanto tal deixará pouco espaço para o desenvolvimento de um movimento nacional mais amplo, tão necessário em um país culturalmente dividido; e, mais do que provável, irá abastecer a dinâmica da desintegração do Estado sem conduzir o país a uma verdadeira transformação social.

Recebido em 9 de marco de 2014.

¹ http://www.psa.ac.uk/insight-plus/blog/ukraine%E2%80%99s-euromaidan-tillyan-revolution-can-lead-second-crimean-war

² http://www.washingtonpost.com/blogs/monkey-cage/wp/2014/02/26/why-ukraines-yanukovych-fell-but-so-many-analysts-including-me-predicted-he-would-survive/

> Transformando o desenvolvimento humano

Por **Yuan Tseh Lee**, presidente do Conselho Internacional para a Ciência (ICSU) e expresidente da Academia Sínica (Taiwan), e **Andrew Wei-Chih Yang**, assistente especial do presidente do ICSU

"Nem o progresso gradual, nem ajustes incrementais serão suficientes" m uma reunião há alguns anos atrás, quando estávamos discutindo a necessidade de conter o desenvolvimento para evitar mudanças climáticas perigosas, um colega africano falou: "Não, nosso povo é miserável. Devemos desenvolver. E se isso significa destruir a Terra, então todos nós podemos morrer juntos!".

As palavras deixaram uma impressão duradoura. Por mais que discordássemos morrer juntos, as palavras transmitiram uma verdade: os pobres e famintos do mundo merecem uma vida digna. Cada alma humana a merece. Não há como negar a injustiça de um mundo onde 1,3 bilhão de pessoas não têm eletricidade, onde 2,5 bilhões vivem com menos de 2 dólares por dia, enquanto os mais ricos consomem abundantemente.

Eles estão, sem dúvida, consumindo demais. Hoje, a humanidade como um todo devora 50% mais recursos que a Terra consegue gerar a cada ano¹. Em 2012, 105 institutos científicos de todo o planeta lançaram uma severa advertência: o excesso de consumo e o excesso de população estão sobrecarregando demais a terra². E, se continuarmos como estamos, a ciência prevê que o mundo vai aquecer pelo menos 4°C neste século. O clima irá sofrer uma mutação, as espécies irão morrer em massa e os desastres deslocarão centenas de milhões³.

Tal é a condição humana no século XXI: um planeta de recursos limitados e capacidade limitada de absorver o impacto humano, com 7 bilhões de pessoas que já estão usando e impactando demasiadamente. No entanto, pode-se dizer que 2,5 bilhões de pessoas merecem mais do que possuem, enquanto que mais 2 bilhões podem se juntar a eles em 2050.

> Como cada ser humano poderia viver bem, mas sem destruir a terra?

Acreditar que a maneira atual de desenvolvimento funcionaria é loucura total. Com 7 bilhões de pessoas, esse modelo – que prioriza o consumo e o crescimento – irá deixar bilhões destituídos e o meio ambiente devastado. Com 9 ou 10 bilhões de pessoas, o mundo e qualquer aparência de bemestar humano serão destruídos.

> Precisamos encontrar outra maneira

Nossa única chance de dar a todos da Terra uma vida digna dentro dos limites do que o planeta pode nos oferecer é transformar totalmente a forma como desenvolvemos. Nem o progresso gradual, nem ajustes incrementais serão suficientes. A transformação em atacado está na ordem do dia. Você pode perguntar: Como será esse desenvolvimento diferente e completamente sustentável? O mais provável é

que ele assumirá uma infinidade de formas evolutivas das pessoas inovarem e interagirem. Mas deve-se cumprir três objetivos:

- O desenvolvimento sustentável terá que proteger a Terra e sua capacidade de suportar a vida, porque as gerações presentes e futuras dependem disso.⁴
- O desenvolvimento sustentável terá que impor um limite no crescimento – crescimento populacional e de consumo, em especial –, pois o crescimento infinito é impossível em um planeta finito.
- O desenvolvimento sustentável terá de ser equitativo, pois sem equidade é difícil desenvolver um senso de posse "Este é o nosso planeta, também, e nós somos seus administradores".

Em uma só frase: o desenvolvimento sustentável trata da satisfação das necessidades das gerações presentes e também futuras – satisfação equitativa e dentro dos limites da Terra.

> Como os sociólogos (e todos os cientistas sociais) podem contribuir?

Na verdade, a questão é: como eles não podem? A raiz dessa crise não é resultante de uma física complicada, mas do desenvolvimento humano insustentável – suas instituições, comportamentos e valores. Em outras palavras, é no território da ciência social que as batalhas-chave da sustentabilidade serão travadas.

"E quanto à ciência natural e à tecnologia?", pode-se acrescentar. De fato, elas são cruciais para avançarmos rumo à uma sociedade de baixo carbono, mas estão longe de ser suficientes. Na verdade, a ciência e a tecnologia têm sido muitas vezes uma força poderosa para a exploração de recursos, consumismo e crescimento – uma vez que isso, e não a conservação do o meio ambiente, tem sido o sonho dos povos e nações. Enquanto os países ainda sonham com o crescimento e o consumo infinito, até mesmo a "tecnologia verde" está sendo implantada para esses fins, muito além do que a Terra pode suportar.

Mas se podemos transformar esses sonhos e seus valores agregados, os comportamentos e as instituições, então nós podemos transformar também o fim perseguido pela tecnologia. E as ciências sociais não são apenas relevantes para tal transformação. São fundamentais. As áreas de intervenção potencial são inúmeras. Elas são três:

1. Nossa concepção de "desenvolvimento" e "necessidades": A definição vigente de desenvolvimento sustentável - da Comissão Brundtland, de 1987 – não define o significado de "desenvolvimento" ou "necessidades". O que queremos dizer com "desenvolvimento" - um estilo de vida ocidental luxuoso ou uma vida de suficiência feliz? E do que os seres humanos "necessitam"? Uma pessoa dormindo sobrevive com um fornecimento constante de 100 watts, ainda que o americano médio consuma 10 mil, enquanto uma iniciativa suíça propõe 2.000 watts para todos. O que é apropriado? Essas perguntas são reconhecidamente complicadas, mas não respondê-las significa que "vale tudo" – com níveis de cair o queixo de resíduos incluídos. Certamente, por meio de um esforço conjunto, sociólogos, economistas, historiadores, psicólogos e tantos outros poderiam propor ideias mais sensatas.

2. População: a estimativa de 9 a 10 bilhões de pessoas até 2050 é cogitada de forma tão universal que podemos acreditar que isso seja algo pré-determinado, em vez de simplesmente uma

projeção. Mas a população não é um destino. Ela está fortemente moldada por normas sociais, econômicas, garantias familiares e intervenções políticas – o que a torna propício para intervenções das ciências sociais.

3. Cooperação global: nosso sistema de governo baseado na nação provouse muito inadequado face às mudanças climáticas, que é uma ameaça global. Precisamos de instituições globais superiores. É hora de investir seriamente e aplicar o valioso knowhow das ciências sociais em um projeto institucional.

O potencial da sociologia e das ciências sociais para fortalecer a transformação do desenvolvimento humano é literalmente infinito. Mas, a não ser que convertamos esse potencial em ação real, tudo isso não importará muito. Aí, seria melhor que nos retirássemos. A ciência mostra que, se não nos afastarmos do desenvolvimento insustentável ainda nesta década, provavelmente será tarde demais. Então, como as gerações futuras irão nos julgar

Voltando a reunião de dois anos atrás, lá concluímos que não havia nenhuma discordância entre nós. Estávamos todos unidos pela espe-rança de um tipo muito diferente de desenvolvimento – muito mais equitativo e bem dentro dos limites do nosso planeta.

http://www.interacademies.net/10878/19191.aspx

http://www.nature.com/nature/journal/v495/n7441/full/495305a.html

¹ Global Footprint Network: http://www.footprintnetwork.org/en/index.php/GFN/

² Inter-Academy Panel, Statement on Population and Consumption:

³ The World Bank, Turn Down the Heat: http://climatechange.worldbank.org/sites/default/files/ Turn Down the heat Why a 4 degree centrigrade warmer world must be avoided.pdf

⁴ Griggs D. et al., "Policy: Sustainable development goals for people and planet", Nature 495, pp. 305-307, 21 March 2013:

> Mudanças Climáticas Nosso destino está com o Mercado

Por Herbert Docena, Universidade da Califórnia, Berkeley, EUA

Como a emissão de gases do efeito estufa continua a subir depois de mais de 20 anos de negociações da ONU, os líderes mundiais estão confiando cada vez mais no mercado para nos salvar de um catastrófico aquecimento de 4 graus centígrados; mas uma coalizão de governos e movimentos sociais está resistindo. Herbert Docena relata a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas, que ocorreu em Varsóvia, entre 11 e 22 de novembro de 2013.



A marcha dos movimentos sociais nas ruas de Varsóvia, na Polônia, na Conferência sobre Mudança Climática das Nações Unidas.

elo segundo ano consecutivo, um super tufão atingiu as Filipinas nas vésperas da Conferência Anual da ONU sobre Mudanças Climáticas. Para a reunião dos delegados em Varsóvia e para outros que estavam em casa, isso se soma ao mon-tante de provas de que as mudanças climáticas não só já estão acontecendo, mas também que aqueles que menos contribuíram para isso são os que estão sendo mais atingidos pelo fenômeno.

Mais do que isso, Haiyan - juntamente com outros eventos climáticos extremos – também reforçou a conclusão, expressa por muitos em Varsóvia, que essas negociações da ONU

já "falharam miseravelmente", como um delegado colocou. Em vez de mudar de rumo, entretanto, as negociações estão caminhando para um caminho mais perigoso. Menos divididos do que antes, os governos dos países desenvolvidos estão cada vez mais se apoiando ao mercado para resolver o problema. Mas um movimento global, abrangendo governos e movimentos sociais com objetivos diversos, está também resistindo e impulsionando em uma direção diferente.

> A questão da responsabilidade

A Conferência de Varsóvia foi apenas o mais recente dos encontros, cada vez mais frequentes, em que os governos



Um "amontoado informal" entre os negociadores de mudanças climáticas, forjando o compromisso final.

do mundo foram convocados, desde que reunidos em Estocolmo, em 1972, para discutir a crise ecológica global. Em 1992, os governos assinaram uma Convenção para "estabilizar as concentrações de gases de efeito estufa para prevenir uma interferência antropogênica perigosa no sistema climático".

Essa simples tarefa, no entanto, provou ser mais difícil, porque isso implica, nada menos, em transformações interligadas na forma como vivemos - da troca de lâmpadas a reformas nas infraestruturas energéticas nacionais para, como insistem alguns, substituir o capitalismo completamente. E como toda mudança, as transformações são limitadas a prejudicar alguns e a beneficiar outros.

Ainda assim, há um consenso básico sobre como proceder: os países desenvolvidos são obrigados, sob a Convenção de 1992, a "assumir a liderança" no corte de emissões. Contudo, como os esforços desses países não seriam suficientes, os países em desenvolvimento também têm sido chamados a contribuir, e para fazê-lo, eles precisam de recursos e tecnologias dos países desenvolvidos. E porque eles são mais vulneráveis, e têm menos recursos para lidar com as mudanças climáticas, eles também precisam de ajuda para se adaptar e lidar com seus impactos.

Isso provou ser mais difícil porque abaixo deste consenso

básico há algo mais profundo, os conflitos subjacentes entre as partes desiguais, sobre a distribuição dos custos e benefícios, mas também, sobre o significado das ações das pessoas e das condições de suas relações umas com as outras – conflitos sobre que tipo de pessoas eles são e que tipo de tratamento eles merecem dos demais.

Temendo que estão sendo usados para arcar com o ônus de resolver um problema que eles não causaram e nem que os beneficiou, os países em desenvolvimento insistem que os países ricos sejam "moralmente obrigados" a fazer o que precisa ser feito, pois eles não só são "historicamente responsáveis" pela emissão de grande parte dos gases presentes na atmosfera, como também enriqueceram nesse processo. Os países desenvolvidos devem ser obrigados e, até mesmo, sancionados - não apenas receberem incentivos ou serem "convidados" - para fazerem a coisa certa.

Quase todos os negociadores dos países desenvolvidos que entrevistei rejeitaram de maneira veemente essa posição dos países em desenvolvimento, dizendo que eles não podem ser responsabilizados por ações cujas consequências eles desconheciam. Se eles estão fazendo mais agora, é apenas porque eles são mais capazes de exercer liderança ou filantropia – não porque eles são culpados. Eles não são o tipo de pessoas que podem ou devem ser punidas – apenas incentivadas.

> Uma questão de desenvolvimento

Para complicar ainda mais, está a sobreposição dessas disputas sobre status moral e hierarquias sobre as disputas acerca da melhor forma de manter ou reativar o crescimento - ou se este deve mesmo ser o objetivo, para início de conversa - em um contexto de crise econômica prolongada.

Respondendo à crescente preocupação com o meio ambiente e com o aumento espetacular dos movimentos ambientalistas radicais populares, que culparam o capitalismo pelo problema nos anos 70, funcionários e peritos dos países da OCDE, da ONU, do Banco Mundial, grupos ambientalistas e empresas, apresentaram e deram respaldo à noção de "desenvolvimento sustentável": em que a solução da crise ecológica global não tem que dificultar a acumulação; na verdade, isso depende - e pode até contribuir – para o crescimento contínuo.

Essa se tornou uma justificativa dada e o projeto de muitos governos, organizações multilaterais e grupos da "sociedade civil". Tudo o que é necessário, todos dizem, é uma melhor "gestão ambiental global", ou mais regulamentações sobre como a natureza é usada. Mas eles entraram em confronto com o que isso implica.

Em um pólo, os EUA vem defendendo uma regulamentação mais neoliberal: o mercado, e não uma autoridade internacional, deve ser contatada para regular o nosso acesso à natureza. Os países só deveriam ser convidados a voluntariamente "comprometer" suas metas de redução de emissões; limites não deveriam ser definidos "de cima para baixo." A promessa de maiores lucros é o que deveria estimular os capitalistas a se deslocarem da energia suja à energia verde, ou a investirem em projetos de tecnologia limpa no exterior.

No outro pólo está a União Europeia (UE), que foi impulsiona-da para algo mais parecido com a regulação social-democrata: estados membros agindo em conjunto deveriam ter um papel mais direto e ativo no cumprimento das reduções de emissões, direcionando os fluxos de capital em direção a uma tecnologia mais limpa, e assim por diante.

Entre os capitalistas, a divisão principal foi entre aqueles cujas fortunas estão ligadas a combustíveis fósseis, ou capitalismo "cinza", e aqueles ligados ao capitalismo "verde", ou seja, aqueles envolvidos em energia renovável, mercado de carbono, e todas as oportunidades lucrativas abertas pelas alterações climáticas. Os primeiros encontram mais conforto na abordagem dos EUA, enquanto, os últimos tendem a apoiar a UE. Investidos de ambas as cores do capitalismo, outros encontram elementos agradáveis nos dois discursos.

O bloco dos países em desenvolvimento, que inclui mais de 130 países, sempre foi mais diversificado, mas eles geralmente se unem para pressionar pela justiça redistributiva no centro das soluções, por mais regulação punitiva dirigida pelo Estado (como a imposição de taxas e multas) e para subordinar os mercados à sociedade (global) mais amplamente.

Mas ainda há divisões internas sobre objetivos principais: Muitos parecem subscrever o projeto de "desenvolvimento sustentável" articulado pelos funcionários e intelectuais do norte, enquanto outros procuraram redefini-lo para significar mais do que apenas sustentar o desenvolvimento capitalista através da conservação da natureza.

> Um compromisso falho

Durante os primeiros anos de negociações, a abordagem neoliberal sem-limites e sem-compromissos proposta pelos EUA foi rapidamente derrubada após forte oposição da UE e dos países em desenvolvimento. O que, posteriormente, prevaleceu, em vez disso, foram metas-com-mercados ou compromissos "limites-e-trocas" em que seria dado aos países desenvolvidos licenças de emissão mais baixas que suas emissões de 1990, estabelecendo um mercado de carbono onde eles poderiam comprar licenças adicionais.

Codificado no Protocolo de Kyoto de 1997, esse acordo parecia inicialmente aceitável para os EUA e para o agrupamento de países desenvolvidos liderado pela UE, já que o acordo fundiu os mecanismos de mercado (que os neoliberais gostavam) com limites de emissões (que os não-neoliberais queriam). Além disso, o acordo reforçava a reivindicação comum de inocência: ao contrário da regulação punitiva defendida pelos países em desenvolvimento, a regulamentação baseada no mercado não os estigmatizava como criminosos a serem punidos.

Embora largamente contra os mecanismos de mercado e insatisfeitos com as baixas metas, os países em desenvolvimento concordaram com o protocolo, primeiro porque, pelo menos, limites legalmente vinculativos foram impostos e eles estavam isentos deles, e segundo porque foram prometidos a eles fundos e tecnologia através do mercado. Mas isso viria a ser demais para os EUA que ficaram particularmente indignados não apenas com os limites, mas também com a isenção concedida aos países em desenvolvimento - uma isenção que não só era vista como uma ameaça à competitividade dos EUA, mas que também contradizia as reivindicações morais dos EUA de que eles não são mais culpados do que outros e que, portanto, suas obrigações não deveriam ser diferentes dos demais. Os EUA, posteriormente, abandonaram o Protocolo, enquanto quase todos os outros se mobilizaram baseados nele.

Depois de mais de dez anos de implementação, o compromisso pouco avançou. Algumas partes conseguiram reduzir suas emissões, mas apenas devido ao abrandamento do crescimento causado pela recessão ou porque foram capazes de comprar "offsets" baratos do mercado de carbono cheio de buracos e agora em colapso. No geral, as emissões de hoje são 60 ou 70% maiores do que quando as negociações começaram na década de 90. E muito pouco de finanças ou tecnologia tem ido para as mãos dos países em desenvolvimento.

Com as negociações andando em círculos nestes últimos anos, muitos em Varsóvia esperavam que o tufão mais poderoso da história serviria, pelo menos, para empurrar as negociações a uma nova direção. "Nós podemos parar com essa loucura de clima aqui", declarou o principal negociador das Filipinas, que derramou lágrimas novamente durante a sessão de abertura.

> Chocando-se em direção ao desastre

O que aconteceu, em vez disso, foi que as negociações continuaram por um caminho que já havia sido abandonado. E, ao contrário de antes, quando o agrupamento liderado pela União Europeia e os EUA quiseram seguir seus próprios caminhos, desta vez, pareceram convergir. Pois até mesmo a UE está se alinhando com os EUA – ou, ao menos, não está fornecendo um pólo alternativo discernível como o fez nos anos 90.

Renunciando limites enquanto favorecedores do mercado de carbono, os governos dos países desenvolvidos estão deixando de lado o compromisso de limite-e-troca, em favor de um acordo de sem-limite-apenas-troca. Menos divididos que nunca, eles estão intensificando ainda mais um distanciamento de uma regulamentação mais direta, e contando ainda mais com o mercado para resolver a crise climática.

Conforme argumentado repetitivamente por eles durante as negociações, a maneira de reduzir as emissões é os estados "catalisarem" os investimentos do setor privado em energia verde, colocando um "preço" na natureza, através da expansão e da interligação dos mercados de carbono nacionais/regionais, e através da criação de um "ambiente propício" por meio de políticas e subsídios aos investimentos liberais - ações que, em última análise, exigem uma ação "de cima para baixo" do Estado.

A tarefa, como o negociador canadense em Varsóvia colocou, é que os governos de todo o mundo mandem a mensagem de que "a mudança climática é boa para os negócios". E as pessoas do mundo dos negócios, seguindo a lógica do "desenvolvimento sustentável", são o tipo de pessoas que merecem ser cortejada ou satisfeitas - em vez de obrigadas ou punidas - se nos salvarem da crise climática. Governar através do mercado é efetivamente confiar-lhes o futuro do planeta.

Mas, desta vez, uma solução ainda mais neoliberal também parece estar galvanizando a oposição. Apesar das crescentes rupturas de dentro e das pressões de fora, a maioria dos governos de países em desenvolvimento permaneceram unidos em insistir que os Estados e não os mercados devem garantir diretamente que as emissões sejam drasticamente reduzidas e que os recursos e tecnologia sejam mobilizados.

Pelo menos parte dessa postura intransigente poderia ser atribuída ao que parece ser a crescente influência de governos de esquerda, como a Venezuela, a Bolívia, o Equador e outros dentro do bloco. Embora ainda empurrados para as margens e, por vezes, até mesmo deliberadamente silenciados, os negociadores desses países parecem ter desempenhado um papel de liderança no bloqueio bem-sucedido do esforço dos países desenvolvidos em impulsionar "mercados de carbono globalmente conectados". Eles também têm estado na linha de frente para a promoção de "mecanismos não-mercantis" ou em uma abordagem limites-sem-troca para reduzir as emissões - talvez a alternativa mais concreta às soluções de mercado já apresentadas nas conversações.

A "sociedade civil" também parecia estar convergindo. Cerca de 800 ONGs, sindicatos e representantes de movimentos sociais - radicais e moderados juntos - saíram em protesto contra a direção que o processo está tomando. Tudo isso parecia ter diminuído a pressão para atribuir o destino do planeta às mãos dos negócios. Mas, a menos que os governos de países em desenvolvimento e os movimentos sociais em todo o mundo sejam capazes de exercer influência real sobre os governos dos países desenvolvidos; a menos que a comunidade internacional consiga exercer influência sobre todos aqueles que tomam as decisões sobre o que, quanto, ou o que as fontes de energia produzem (mesmo nos países em desenvolvimento), o mundo está agora no caminho para um aumento de 4 graus centígrados da temperatura global - para um mundo em que Haiyan seria tomado como exemplo. Mais poderosa que a força de super-tufões é a necessidade de nos conduzir para fora desse destino.

> Drama e devastação chinesa

Por Feizhou Zhou, Universidade de Pequim, China



Um agricultor irriga seu campo enquanto o seu futuro está além dos apartamentos das novas cidades da China.

esde os tempos antigos, a planície de Chengdu tem sido uma área agrícola densamente povoada. Em 2007, o governo central escolheu a cidade de Chengdu como uma "Região Piloto para o Desenvolvimento Rural e Urbano Coordenado", visando alterar a relação entre as áreas urbanas e rurais. As reformas em Chengdu tiveram um forte efeito demonstrativo para outras regiões, e têm sido estudadas, aprendidas e copiadas desde 2009. A parte mais essencial do projeto de Chengdu é incentivar os agricultores a mudar das tradicionais, e usualmente dispersas comunidades rurais para edifícios de apartamentos construídos com recursos do governo. Cada edifício pode conter entre 100 e 500 famílias, o que equivale ao tamanho de uma a três comunidades aldeãs. Esses projetos habitacionais foram equipados com infraestruturas básicas, como instalações de água da torneira, eletricidade, gás, acesso rodoviário, coleta de lixo e equipamentos esportivos. A qualidade de vida nessas comunidades se aproxima ao nível médio das vilas rurais. O projeto de realocação é chamado pelos governos locais de "Nova Construção do Campo" ou "Desenvolvimento Rural e Urbano Balanceado". No entanto, para alguns meios de comunicação, é conhecido como "O Desaparecimento das Comunidades".

Enquanto isso, as atividades agrícolas também estão em transição. Desde a reforma de "descoletivização" dos anos 1980, que envolveu "a contratação da produção familiar" (baochan daohu), os direitos sobre a terra, tanto em termos de uso quanto de renda, foram uniformemente distribuídos entre os moradores. Como resultado, todas as famílias receberam diversas porções de terra, mas sempre havia uma porção que estava perto da residência da família. Ao mudar para os edifícios, a distância entre as residências dos agricultores e suas terras aumentou. Muitos agricultores têm que caminhar por uma ou duas horas e, às vezes, até mais, para chegar a sua terra. Foi nessas circunstâncias que o governo local convidou empresas urbanas para investirem no campo, alugando grandes áreas de terra arável para empreendimentos de alto valor agregado. Em Chengdu, o preço do arrendamento de terras é de cerca de 800-1000 Yuan por hectare, mais ou menos o equivalente ao valor dos rendimentos dos agricultores com a produção anual de alimentos. Assim, quando os agricultores se mudaram para os novos projetos de habitação, sua terra foi tomada por empresas urbanas, convertendo a agricultura familiar tradicional em agricultura empresarial.

A vida nos apartamentos mudou drasticamente as atividades produtivas e o estilo de vida dos agricultores. Por um lado, uma vez que os agricultores não têm espaço para cultivar legumes e frutas, ou criar porcos e galinhas, sua renda vem do aluguel de suas terras. Por outro lado, os agricultores agora têm que pagar pela subsistência básica - alimentos, água, gás, etc. De acordo com a pesquisa que realizamos em Chengdu, o custo de vida dos agricultores nos edifícios aumentou em uma média de 30%. Não só as relações de produção, mas as relações sociais comunitárias e de governança estão passando por grandes transformações, com mudanças nos padrões de habitação e da relação entre as comunidades. A influência de longo alcance das reformas ainda não está

clara neste momento, mas só podem ser entendidas no contexto da rápida urbanização que está ocorrendo atualmente na China.

Dois tipos de propriedade coexistem no sistema de terras da China: a propriedade coletiva da terra rural e a propriedade estatal da terra urbana. Se as cidades precisam de terra rural para a construção e desenvolvimento urbano, elas devem primeiro converter legalmente a propriedade coletiva da terra rural em propriedade do Estado. O processo é chamado de "requisição de terra" (tudi zhengyong). Apenas os governos locais têm o direito de requisitar e vender a terra.

Os governos locais podem ganhar grandes receitas com as "taxas de transferência de terras" (tudi churangjin), através da expropriação de terras rurais seguida pela venda para os desenvolvedores urbanos. Em 2013, o montante total das taxas de transferência de terras em todo o país estava acima 4.12 trilhões de RMB, respondendo por mais de 59% da receita fiscal do governo local. Enquanto isso, uma vez que os governos locais estão autorizados a manter a maior parte da receita fiscal gerada a partir de construção urbana, após a reforma fiscal de 1994, eles têm um forte incentivo para concorrerem pelas construções urbanas. Essa parte da receita fiscal, juntamente com as taxas de transferência de terras, é a base do que é chamado de "regime fiscal local centrado na terra " (tudi caizheng).

Além de utilizar o capital não-governamental para a construção e desenvolvimento urbano, o governo local também tem que investir em infraestrutura pública municipal, o que está muito além de sua capacidade financeira. De acordo com a lei, é ilegal governos locais tomarem empréstimos para a construção urbana. As agências governamentais também não podem obter empréstimos diretamente junto às instituições financeiras, nem atuar como avalistas de empréstimos. No entanto, na prática, os governos locais costumam usar os fundos fiscais governamentais como capital social para criar empresas estatais, tais como

empresas de investimento para o desenvolvimento urbano, empresas de transporte urbano, empresas para gestão da água, centros de reservas de terra, e assim por diante. Essas empresas são geralmente administradas pelo Comitê de Administração Local do Patrimônio do Estado, que é um departamento do governo local da cidade ou do município. A principal função das empresas é a obtenção de empréstimos bancários para a construção urbana, hipotecando a terra, propriedade do Estado para a construção, transferindo-a do governo para os bancos. Quase todos os condados e cidades na China têm agora essas empresas, conhecidas como "plataformas de financiamento local" (difang rongzi pingtai). Essas plataformas de financiamento geralmente obtêm empréstimos equivalentes a 70 % do valor de avaliação do terreno hipotecado, empréstimos que são utilizados para infraestrutura urbana e bens públicos. De acordo com uma pesquisa realizada pelo governo central, os governos locais tinham uma dívida total de 179 trilhões de RMB no final de junho de 2013. A maioria da dívida era imputável às plataformas de financiamento.

Com base na análise acima, por trás da expansão urbana da China encontra-se um poderoso mecanismo fiscal, financeiro e de propriedade da terra. Primeiro, o governo local pode obter terrenos pertencentes ao Estado através de requisições de terras para o desenvolvimento urbano, bem como as receitas da venda de terras. Em segun-do lugar, no âmbito da operação das plataformas de financiamento local, o governo local pode usar a terra como uma hipoteca para obtenção de empréstimos bancários para a construção urbana. Essa sinergia entre a terra e o financiamento criou rápidas mudanças, cidades prósperas que aparecem a partir de processos muito diferentes da urbanização tradicional, que foi baseada na indústria e na aglomeração populacional.

A chave para o novo padrão de urbanização é ter terra estatal suficiente para hipotecas e desenvolvimento. No entanto, para defender a proteção

da terra rural e a segurança alimentar, o governo central controla rigorosamente a quantidade de terra rural que o governo local pode expropriar. A reforma de Chengdu emergiu de forças contraditórias: um controle rigoroso sobre a expropriação da terra, de um lado, e uma demanda forte por terra para promover a urbanização, por outro.

Na China rural, a propriedade rural (zhaijidi), que é a terra em que as casas são construídas, não pertence à terra arável. Devido ao padrão de uso do solo das habitações tradicionais, os agricultores costumavam ter uma grande propriedade rural. Uma das principais motivações de Chengdu em mover os agricultores para prédios de apartamentos é "produzir" terrenos para urbanização. Uma vez que os agricultores que se mudaram para prédios de apartamentos desocuparam sua propriedade rural, essa pode se tornar terra arável após recuperação. Dessa forma, o governo local pode usar o "aumento" de terras aráveis para obter os terrenos necessários à expansão da cidade. Por exemplo, após os moradores se mudarem para edifícios, uma comunidade recuperou 100 hectares de propriedade rural e transformouos em terras aráveis. Assim, as cidades podem se apropriar de 100 hectares de terra arável, onde quer que ela precise de desenvolvimento urbano. Ao mesmo tempo, a quantidade total de terras aráveis não é alterada.

Portanto, em geral, a mudança nos padrões de habitação dos agricultores, de propriedades rurais dispersas para blocos de apartamentos concentrados, é a melhor fonte de terras e capital para a urbanização da China rural. Se os agricultores não desistissem de suas propriedades rurais, não haveria terra arável para o governo local requisitar, e nenhuma terra para ser hipotecada por empréstimos bancários. O ritmo da urbanização seria muito mais lento. Atualmente, o experimento de Chengdu está sendo imitado em muitas regiões da China, resultando em uma rápida expansão urbana para as áreas rurais.

> Grilagem de terras e corrupção

Por Yonghong Zhang, Universidade Sun Yat-Sen, Guangdong, China



Moradores penduram slogans contra a corrupção local, em Shenzhen.

urante o processo de urbanização sem precedentes na China, junto com a requisição de terras coletivas para construções urbanas, a gestão e distribuição de bens rurais coletivos tornaram-se o principal foco das contradições sociais e conflitos. No início dos anos 1990, a urbanização das áreas costeiras do sudeste foi muito mais rápida do que o desenvolvimento de outras áreas na China. Sob a direção do governo local, as aldeias em torno das cidades gradualmente converteram patrimônios de terra coletivos dos moradores em ações, e os alocaram para aldeões individuais. Sem mudar o sistema geral de propriedade coletiva de terras rurais, estas aldeias estabeleceram "corporações comunitárias compartilhadas", e os moradores tornaram-se os acionistas das ações de terra coletivas, e gostaram dos dividendos que isso trouxe.

A corporação comunitária compartilhada foi a tentativa de governos locais para adaptar a sociedade rural à urbanização, sem mudar radicalmente a estrutura de poder antes herdada da era da comuna popular. Membros do conselho da corporação foram eleitos pelos moradores acionários, mas o resultado foi profundamente influenciado pelo governo local e pelos clãs das

vilas. Em muitos casos, o secretário do partido da aldeia "naturalmente" tornou-se o presidente do conselho, monopolizando poder político, econômico e social. A corporação comunitária continuou a conexão entre o governo local e as aldeias vizinhas, de modo que se tornou uma ferramenta do governo para enfrentar os novos desafios da urbanização. Por exemplo, a corporação comunitária não só conseguiu o patrimônio coletivo, mas assumiu do governo local a responsabilidade pela infraestrutura da aldeia, segurança pública, bem estar da comunidade e proteção ambiental.

Embora o comitê da aldeia e a corporação da comunidade sejam nominalmente organizações autônomas, a influência do governo local e clãs de aldeias sempre substituem os direitos democráticos independentes dos aldeões. O resultado é uma conspiração do presidente do conselho (também secretário do partido da aldeia) e do governo local para se apropriar das terras coletivas reivindicadas e controlar os bens coletivos.

Nos últimos anos, devido à valorização contínua do valor da terra, o presidente do conselho, ou secretário do partido da aldeia, se enriqueceu com a venda ou aluguel de terras expropriadas. Isto deu origem a protestos nas aldeias. Desde a primavera de 2012, induzidos pelos eventos dramáticos em Wukan, quase toda aldeia dentro da jurisdição de Guangzhou e governo municipal de Shenzhen (província Guangdong) – estudadas pelo meu instituto de pesquisa – vi-

ram surgir um surto de violência coletiva decorrente de conflitos de terras. No caso da municipalidade de Guangzhou, por exemplo, depois de muitos anos de protestos, os habitantes das aldeias finalmente ganharam em 2013 sua apelação contra os líderes da corporação original comunitária, e o conselho recém-eleito assinou um novo termo de arrendamento da propriedade coletiva, trazendo 100 milhões extras de RMB (\$16 milhões).

Diferentemente de disputas trabalhistas, lutas contra expropriações de terra e corrupção implicam na proteção de interesses econômicos pessoais dos moradores, bem como sérios desafios para a legitimidade do governo local. Graças aos padrões tradicionais de laços familiares e comunitários imbricados, e suas residências multi geracionais nas aldeias, disputas de terras tendem a ser duradouras e colocam uma séria ameaça à estabilidade social do regime. Além do mais, sem resolver os protestos das aldeias, futuras redistribuições de terras e desenvolvimento urbano continuarão presos. Por isso, governos locais começaram a usar medidas estritas para investigar e punir a corrupção. Ainda na municipalidade de Guangzhou, quase um quarto do partido da aldeia foi punida por atividades ilegais.

Sob o sistema autoritário chinês, jogos processuais (isto é, eleições da aldeia e ações judiciais) são formas efetivas de resolver os protestos. Conscientes de como o governo provincial lidou com os protestos de Wukan, em lugares onde a oposição das aldeias é

forte e há grande evidência de corrupção, governos locais têm respondido aos conflitos em relação à grilagem de terras, investigando líderes suspeitos da aldeia e organizando a eleição de novos. Ao mesmo tempo, em muitas aldeias, eleições ainda não protegem os direitos de propriedade dos moradores, mas, ao invés disso, tornam-se uma ferramenta para os líderes das corporações da comunidade abusarem do poder em busca de benefícios pessoais. Por isso, os moradores têm uma visão pessimista das eleições. Eles não consideram as eleições um direito inalienável do cidadão, mas meramente um instrumento para que protejam seus interesses pessoais. Como eles nos disseram durante nosso trabalho de campo, aquele que ganha a eleição vai transformá-la em um meio para engrandecimento pessoal.

O sistema existente de governança de aldeia, baseado na propriedade coletiva da terra, erode severamente a autonomia da vila. Com o avanço da urbanização, o governo deve ser responsável em relação às necessidades do povo e dotar os habitantes das aldeias com os mesmos direitos civis que os residentes urbanos. Até o momento, as interações entre o estado e os moradores estão em mudança, enquanto cada parte explora novos modos de governança locais. Entretanto, apesar de todos os experimentos, sem transformar o sistema atual de propriedade de terras coletivas, os moradores vão inevitavelmente perder no processo de urbanização.

> Canalizando protestos

O Caso da Barragem das Três Gargantas

Por Ying Xing, Universidade de Ciência Política e Direito da China, Pequim, China



Um manifestante de Yunyang County conta a história do protesto liderado por He Kechang. Foto por Ying Xing. a sociedade chinesa contemporânea, quando surge um conflito entre os funcionários e pessoas comuns, há quatro principais maneiras para aa pessoas a buscarem soluções - ação de classe, petição coletiva, resistência local e motim coletivo, sendo a combinação de petição coletiva e resistência no local a mais

comum. Vou analisar as soluções jurídicas perseguidas por aqueles que foram desalojados pela barragem Três Gargantas na primeira ação judicial baseada em classe, conhecida como o "Caso He Kechang".

846.200 pessoas foram reassentadas na área do reservatório das Três Gargantas, dos quais 361.500 eram de áreas rurais. Havia uma petição coletiva de camponeses do condado de Yunyang, Chongqing, desde 1997. A petição do Sr. He Kechang, o requerente e representante, passou por quatro etapas.

Da Petição de Dez Mil Pessoas para o Início de uma Petição Coletiva: Outubro de 1997 a Março de 2000. Julho de 1997, o governo do condado de Yunyang começou um projeto experimental sobre a população desalojada. Quando o governo local anunciou os baixos níveis de compensação, despertou muita perturbação entre os desalojados. Os camponeses da região decidiram enviar cartas diretamente ao governo central.

A petição assinada por 10.000 pessoas levou altos funcionários e quadros de Chongqing e do governo central a enviar um grupo de trabalho conjunto para o condado de Yunyang. No entanto, eles concluíram suas investigações negando que havia "uma compensação insuficiente para os desalojados," e que era apenas um mal-entendido dos representantes da população desalojada, que também foram acusados de ignorar a cabeça da liderança local. He Kechang e os outros representantes estavam tão insatisfeitos com este resultado que, de 1998 a 2000, escreveu várias cartas a Pequim, fez duas visitas com petições a Pequim, e muitas outras para Chongqing, mas nenhuma delas foi respondida.

Petição Coletiva e a Escalada da Mobilização Local: Março de 2000 a Marco de 2001. Em maio de 1999, o Conselho de Estado decidiu mudar a política de reassentamento de Três Gargantas para que os camponeses já não mais fossem assentados localmente, mas em lugares distantes, o que despertou uma nova onda de oposição da população desalojada de Yun Yang. Liderados por He Kechang, a população desalojada combinou uma série de estratégias: o confronto caraa-cara, discussão com funcionários locais; melhorias organizacionais, familiarização com as políticas públicas e a divulgação de informações sobre o reassentamento; o aumento da intensidade de petições tanto através de cartas, quanto de visitas a Pequim; e a comunicação com os meios de comunicação estrangeiros.

Adversidade de Prisão: Março 2001 a Março de 2004. Em março de 2001, Kechang e outros dois representantes fizeram outra viagem com uma petição a Pequim. O governo local de Chongqing prendeu os três representantes, em Pequim. Mais tarde, o Tribunal Popular do Condado de Yunyang declarou que a Organização de Investigação de Reassentamento estava desafiando o plano de reassentamento do governo, e condenou He Kechang a três anos de prisão, e os outros dois representantes a dois anos, por "reunirem-se para perturbar a paz". Essa foi a primeira vez que peticionários de Três Gargantas foram condenados à prisão, e o destino dos camponeses agricultores de Yunyang se tornou uma preocupação internacional.

Uma Batalha sem Fim: Março de 2004 até o momento. Em 11 de março de 2004, He Kechang foi solto depois de cumprir sua sentença. Embora ele tenha sofrido intensa tortura física na prisão, com as pernas quebradas e as mãos deformadas, e os seus bens confiscados em agosto de 2002, seu espírito de luta ainda permaneceu. Após a sua libertação, ele se recusou a colaborar com o governo local, e persistiu na coleta de informações sobre a população desalojada. Ele tinha entrado em uma batalha interminável.

O que vemos no caso da He Kechang é um certo pragmatismo na escolha das estratégias de protesto, deslocando-se entre recursos judiciais e não judiciais, e até mesmo usando-os simultaneamente. Do ponto de vista da população desalojada, a divisão entre o primado da lei e o primado do homem é de pouca importância. O que é importante é a praticidade da estratégia para alcançar uma resolução de litígios específicos. Eles apelam aos tribunais não porque acreditam na justiça legal, e realizam petições não porque acreditam na integridade de altos funcionários. Eles adotam juntamente processos judiciais e petição como expedientes de ação da mesma forma que aqueles que estão no poder adotam diferentes estratégias como expedientes de governança.

> Jan Szczepanski Construindo uma ponte precária

Por Adam Müller, Kamil Lipiński, Mikołaj Mierzejewski, Krzysztof Gubański, Karolina Mikołajewska, Laboratório Público de Sociologia, Universidade de Varsóvia

Jan Szczepański (1913-2004) foi um sociólogo polonês e presidente da ISA entre os anos de 1966 e 1970. Ele foi a primeira pessoa do bloco leste a ocupar esta posição. Suas publicações apareceram em muitas edições na Polônia. Suas colunas em jornais eram também muito apreciadas e amplamente discutidas. Ele não era indiferente às questões públicas e participou ativamente na vida política, sendo membro do Parlamento da República Popular da Polônia (1957-61, 1972-85) e membro do Conselho de Estado (1977-82). Como presidente da ISA, no final da década de 1960, enfrentou dois grandes desafios. O primeiro deles o diálogo entre o ocidente e o oriente, bem como com o hemisfério sul, que resultou na organização do Congresso da ISA na Europa Oriental (Varna, Bulgária). O segundo, de acordo com seu diário, era que, como presidente, ele estava sob o peso de papeladas tediosas quando tentava resolver até mesmo as questões organizacionais mais simples.



Jan Szczepański em clima de festa.

especificidade da situação política polonesa na era comunista, como observou o sociólogo Vinicius Narojek, consistiu na legitimidade limitada do Estado. De um lado, o regime comunista era reconhecido pela maioria da população, especialmente no período ini-

cial, como uma força externa imposta de cima, pela União Soviética e, assim, contrária aos valores nacionais tradicionais. Por outro lado, os próprios representantes de autoridades eram sempre vistos como um mal necessário, aceitáveis na medida em que eram capazes de se distanciarem de seu protetor oriental. Um dos pilares da legitimidade era a capacidade e a vontade dos que estavam no poder para contornar a implantação da doutrina soviética ortodoxa. A "democracia popular", especialmente em tempos de crise (1956, 1970, 1980), era tanto forte como fraca, controladora e sedutora.

A intelligentsia polonesa adotou abertamente diferentes atitudes em relação à situação: da total oposição até às contribuições devotadas e entusiásticas para o sistema. Muitas pessoas tomaram posições intermediárias difíceis, e moralmente desconfortáveis. É onde podemos encontrar Jan Szczepański, que, depois de 1956, participou da criação de uma nova linha política dentro do partido comunista enquanto, ao mesmo tempo, permaneceu crítico aos muitos abusos e distorções perpetradas pelo regime comunista. Graças aos esforços destas pessoas, formando uma ponte instável entre o poder absolutista e elites intelectuais, tornou-se possível, para a intelligentsia polonesa, manter certa autonomia. Ao assumir certa liberdade de ação, a intelectualidade teve um papel importante na criação das posteriores estruturas de oposição do movimento "solidário". Em muitos países do bloco soviético os departamentos de sociologia não estavam presentes nas universidades porque os institutos de marxismo-leninismo tinham o monopólio da interpretação da vida social. Neste sentido, o renascimento das ciências sociais na Polônia, depois da morte de Stalin, foi algo incomum no bloco soviético, dando

origem a sociólogos poloneses que eram também grandes intelectuais públicos, como Jan Szczpański, Maria Ossowska e Stanisław Ossowski, Zygmunt Bauman, Maria Hirszowicz e Stefan Nowak – todos personagens familiares e famosos.

A posição única que Szczpański foi capaz de forjar nestas circunstâncias difíceis - um sociólogo independente, aconselhando um governo autoritário em matérias de educação e política social- deu a ele a oportunidade de praticar a sociologia pública neste período difícil. Ele via a si mesmo não como um acadêmico individual, mas como um pesquisador altamente preocupado com problemas sociais de sua época e promovendo possíveis soluções. Devido à sua influência na vida política, Szczepański viabilizou para muitos cientistas poloneses importantes a possibilidade de viajarem para o exterior. Ele também lutou pela alocação de papéis de impressão para instituições públicas, de modo que muitos sociólogos e outros intelectuais podiam publicar seus livros. Ele chegou a se envolver em protestos sociais, algo muito raro na era stalinista, exigindo muita coragem. Por exemplo, em 1954, ele foi um dos 34 intelectuais que assinaram uma carta protestando contra a censura, embora, depois das primeiras prisões, ele tenha retirado seu apoio.

Ele era um colunista e jornalista muito lido. Sua posição política deu-lhe a possibilidade de crítica limitada da autoridade. O público que ele alcançou com seus escritos populares deu a ele influência sobre as mentes e atitudes de toda uma geração de poloneses. Dessa maneira, ele introduziu alguns conceitos básicos de sociologia em discursos públicos, criando espaço para um módico debate público numa época quando a liberdade de expressão era precária. Entretanto, este modo de praticar sociologia fez com que hoje – dez anos depois de sua morte – Szczepański tenha sido esquecido na Polônia. Apesar de suas centenas de publicações, focando em problemas atuais, ele não deixou para trás nenhuma teoria atemporal ou importantes escolas de pensamento. Por ocasião do centenário de seu nascimento, uma série de eventos e conferências foi organizada pela Academia Polonesa de Ciências e pela Associação de Sociologia Polonesa. Entretanto, seu nome não ressoa ente os estudantes contemporâneos de ciências sociais.

A vida de Jan Szczepański foi uma luta constante para melhorar o fardo do povo – uma tentativa de cumprir a promessa de um "socialismo com uma face humana". Seu ato de equilíbrio prova que mesmo em um sistema extremamente antidemocrático, um espaço para a sociologia pública pode ser encontrado. Esta possibilidade, no entanto, veio com um preço: preso em uma série de jogos internos e tendo que fazer acordos desconfortáveis.

> Atomada neoliberal do ensino superior polonês

Por **Dariusz Jemielniak** e **Karolina Mikołajewska**, Kozminski University, Varsóvia, Polônia



Estudantes e professores em uma reunião do New Opening of the University (NOU), uma ONG fundada por estudantes de doutorado na Polônia para realizar pesquisas sobre a academia polonesa. Foto: cortesia de NOU.

ão é a primeira vez que a condição atual da academia polonesa adorna as páginas da Global Dialogue. Na edição 2.4, membros do Laboratório de Sociologia Pública apontaram as reformas neoliberais das universidades polonesas¹. Nos últimos sete anos, o sistema polonês de ensino superior passou por muitas mudanças, no sentido de que a academia polonesa deve atender aos padrões da classe

mundial. Embora a causa pareça ser nobre, e seja geralmente apoiada, os reais resultados trouxeram muitos efeitos adversos, deixando então a situação pior, e não melhor.

Para entender a complicada condição da academia polonesa, vale a pena delinear brevemente alguns elementos-chave da transformação estrutural que consideramos ser particularmente problemáticas. Isto é particularmente oportuno, já que a Polônia tem uma nova ministra do Ensino Superior, Lena Kolarska-Bobińska, professora de sociologia e antigo membro do Parlamento europeu. Ela insiste que vai continuar a política de seu predecessor.

Os fundos para áreas acadêmicas equivalem a somente 0,4% do GDP (PIB), o que coloca a Polônia atrás dos países da União Europeia. Devemos também enfatizar que, ainda que os poloneses tenham passado a ter acesso aos fundos para pesquisa da UE, eles só raramente fazem o pedido, e os conseguem ainda com menor frequência. As mudanças recentes significam que mais recursos públicos são alocados para as novas agências de concessão criadas, como o Centro Nacional de Ciências (NCN), ao invés de serem mandados diretamente para instituições acadêmicas. Entretanto, ao nível nacional, o sistema de concessões- que oficialmente promove o mérito e o profissionalismo - reforça as disparidades entre as regiões. A

grande maioria das bolsas é alocada para pesquisadores da província de Mazovia, dominada por Varsóvia, a capital.

Esta desigualdade é reforçada pela organização do concurso para financiamentos de doutorado - 20% do total de avaliações das propostas de pesquisa dependem das realizações do supervisor, dando enorme vantagem para aqueles que entraram em centros acadêmicos com os professores mais reconhecidos. Esta competição por recursos escassos é intensificada pelo aumento de quinze vezes, nos últimos vinte anos, do número de candidatos de doutorado. Ao mesmo tempo, a taxa de conclusão é só duas vezes maior². Isto porque somente uma pequena porcentagem dos candidatos de doutorado recebem bolsas de estudo, enquanto que assistentes de pesquisa e de ensino foram desmantelados na vasta maioria das universidades, de forma que os alunos de pós-graduação foram transformados em uma nova classe precária de "acadêmicos descartáveis"³.

Este processo tem muito a ver com as mudanças demográficas gerais na Polônia, as quais tiveram um forte impacto nas condições estruturais da academia. A proporção de estudantes que abandonaram os estudos indo para a universidade passou de 9,8% no contexto da transformação póssocialista para quase 50%, o que está entre as taxas mais altas do mundo. Ao mesmo tempo, os financiamentos públicos de instituições acadêmicas estavam ligados ao número de estudantes, com somente uma pequena quantia para a pesquisa (bolsas de tempo limitado e o não oferecimento de uma possibilidade de emprego permanente). Como a Polônia agora enfrenta uma crise demográfica, com o número de estudantes em queda, as universidades enfrentam problemas financeiros que atingiram principalmente aqueles departamentos que tem dificuldade no recrutamento de estudantes. A decisão recente de fechar o programa de filosofia em Białystok, no nordeste da Polônia, e de abrir uma faculdade de ciência cognitiva no lugar – que pode atrair mais estudantes – ganhou muita atenção. Em toda a Polônia, os institutos de filosofia com financiamento público (assim como outros departamentos de ciências humanas) estão enfrentando dificuldades particulares com a introdução de pagamentos para pós-graduações secundárias – humanidades são geralmente escolhidas como secundárias, um luxo a que os estudantes agora têm que abrir mão.

Ao mesmo tempo, o mantra oficial da busca por qualidade na pesquisa raramente se sustenta. Por exemplo, o Ministério de Ciência introduziu um Exercício de Avaliação de Pesquisa, contando com um ranking de revistas em grande parte baseadas na companhia de propriedade privada e metodologicamente suspeita "Revista de Relatórios de Citação", de Thomson Reuters. Mesmo que o ranking desta revista seja razoável, sua interação polonesa distorce a avaliação do mérito acadêmico: revistas de fora da lista desta revista são escolhidas de forma não transparente, muitas outras de qualidade são omitidas e a classificação tenta o impossível, isto é, compara desempenhos em campos tão diferentes quanto a biologia, sociologia, estudos clássicos, do direito à medicina. Todos os outros tipos de publicações são tratados como abaixo do padrão e sem discriminação entre eles, de forma que uma monografia publicada na Oxford University Press "vale" tanto quanto um livro em qualquer editor, desde que esteja em inglês. Os efeitos de uma política como essa, especialmente para as humanidades e ciências sociais, são desastrosos e ignorados.

Muitas das reformas, incluindo a jaula de ferro da avaliação da produção acadêmica, são movidas pela necessidade de controle, mais do que por qualidade. Por exemplo, todos os docentes agora precisam elaborar planos de estudos detalhados que são apreciados de acordo com o sistema nacional para mensuração dos efeitos de ensino. O crescimento significativo da burocracia objetiva reportar o que a faculdade faz, ao invés de se certificar de que o que fazem tem sentido.

O discurso neoliberal de qualidade na academia resulta em elogios aplicados à pesquisa e campos depreciados que não trazem dividendos imediatos (incluindo a filosofia e a sociologia). Mas mesmo este conceito de qualidade não é inteiramente consistente. Por exemplo, as universidades privadas na Polônia – fundadas depois de 1989 e dirigidas como estabelecimentos sem fins lucrativos não podem receber fundos do estado para as aulas que elas oferecem, mesmo que a qualidade de seu ensino e pesquisa sejam maiores do que as das universidades públicas e que as aulas tenham mais custo efetivo. Tudo isto sugere que as reformas não têm o objetivo de melhorar o ensino superior, mas ao invés disso são projetadas para enfraquecer os acadêmicos.

A situação da academia polonesa é grave, mas não é única: universidades em todo o mundo enfrentam desafios e impasses similares. A menos que a comunidade acadêmica em geral, e cientistas sociais em particular, formulem propostas concretas e construtivas para formas alternativas de organização do ensino superior, abordando as preocupações dos reformadores, mas evitando as consequências desastrosas das mudanças atuais, a situação pode piorar. De fato, talvez o tempo para a ação já tenha passado.

¹ Mierzejewski M., Mikołajewska K., Rozenbaum J., "One or Many Sociologies? A Polish Dialogue," *Global Dialogue* 2:4, Maio 2012.

Michalak D., "Studia doktoranckie w Polsce – łatwo zacząć, trudniej skończyć," Março de 2013: http://noweotwarcie.wordpress.com/2013/03/11/ studia-doktoranckie-w-polsce-latwo-zaczac-trudniejskonczyc/

³ Editorial: "The disposable academic," *The Economist*, 2010, retrieved from http://www.economist.com/ node/17723223

> Carta aberta sobre a reforma do ensino superior

Apresentada à Associação de Sociologia Polonesa pelo Laboratório de Sociologia Pública, da Universidade de Varsóvia e pela Seção Crítica, da Universidade Jagiellonian de Cracóvia, Polônia

Em setembro de 2013, o 15º Congresso da Associação de Sociologia Polonesa reuniu-se em Szczecin. Após uma série de debates estudantis, o Laboratório de Sociologia Pública emitiu uma carta aberta sobre as mudanças no ensino superior. Ela foi lida no Congresso e recebeu uma enorme resposta dos palestrantes. Em janeiro de 2014, uma conferência intitulada "Sociologia e Sociólogos na Polônia contemporânea" ocorreu em Varsóvia, para a qual um único representante dos alunos foi convidado. Apresentamos aqui a carta que começou o diagnóstico dos problemas dos alunos e as possíveis soluções à crise da universidade. A carta foi lida por Krzysztof Gubański.



Estudantes poloneses no Congresso de Jovens Sociólogos em Cracóvia para discutir dilemas da reforma do ensino superior.

enhoras e Senhores, Queridos Acadêmicos!

Somos um grupo de estudantes preocupados com as questões relacionadas à academia. Não reivindicamos o direito de representar a voz de todos os estudantes de sociologia. No entanto, como representantes de

organizações estudantis da Universidade de Varsóvia e da Universidade Jagiellonian, em Cracóvia, gostaríamos de divulgar nossas discussões acaloradas sobre as mudanças contemporâneas na academia e, assim, mostrar que os estudantes não estão apáticos, como é a acusação comum. Nós organizamos uma série de re-

uniões e seminários a respeito dessas questões, que têm atraído grande público¹, o que demonstra que os estudantes querem ter uma voz própria, em vez de ter outros falando por eles.

Temos observado com preocupação a forma com que o debate público sobre a reforma do ensino superior ignora a voz dos cientistas. O Ministério da Ciência e do Ensino Superior, atuando como árbitro, nega aos cientistas o direito de voto, tratando-os como uma oposição conservadora às mudanças progressistas de modernização. Além disso, a resistência às reformas é vista como a defesa de privilégios que derivam de um sistema patológico, que é como a academia contemporânea é representada. Ao mesmo tempo, os patrocinadores da reforma a legitimam, alegando que ela avança em relação aos interesses dos estudantes, emancipando-os de um sistema de ensino ossificado. Contudo, o interesse dos estudantes permanece como um produto imaginário, já que sua voz real nunca é reconhecida como significativa. As organizações estudantis que conseguem se elevar acima das particularidades cotidianas encontram indiferença, na melhor das hipóteses, e, muitas vezes, são acusadas pela falta de reflexão objetiva ou de capacidade em articular suas próprias reivindicações.

A discussão sobre a reforma centrase na (suposta) oposição irreconciliável - "mercado vs academia" - que dá origem a duas formas de resistência dos cientistas. Na primeira estratégia, os cientistas defendem sua posição com argumentos que sustentam a ordem do mercado, o que significa aceitar a definição da situação do Ministério, moldada pela Nova Gestão Pública e por ideologias neoliberais. A segunda estratégia é defender a posição conservadora, que significa defender uma comunidade idealizada com o seu elitismo associado e autonomia institucional. Mas qual é o significado da autonomia aqui? Refere-se à autonomia das forças do mercado e do Estado, mas essa autonomia é inviável. Tal defesa conservadora é combustível para a usina do discurso ministerial que rotula os cientistas como reacionários feudais.

No lugar de tais acusações pretensiosas e contra acusações de "fraude educacional", oferecemos um diálogo público reforcado mutuamente sobre as características e necessidades da universidade moderna. Propomos que o ensino considere os estudantes como nosso primeiro público e uma correia de transmissão direta do conhecimento sociológico da academia para públicos mais amplos. Em oposição à lógica governamental proposta, de um prestador de serviços para o cliente, os acadêmicos ainda possuem autoridade e deveriam determinar o processo de socialização profissional. Em suas atitudes e ensino, gostaríamos que nossos palestrantes apontassem a variedade de usos do conhecimento sociológico, e não apenas os convencionais. Um exemplo pode ser o desenvolvimento da produção coletiva de conhecimento através de uma luta comum para a igualdade de participação nas discussões sobre o ensino superior na Polônia e na Europa.

Acreditamos que os cursos de graduação e pós-graduação – declarados como os principais beneficiários das reformas - têm o potencial de desafiar a interpretação oportunista de resistência de "convulsões reacionárias da universidade feudal". Até agora, a potencialidade não se concretizou, apesar de nossas tentativas de aumentar o envolvimento dos estudantes. Parte do problema é que os alunos não têm conhecimento suficiente das reformas (o que estamos tentando corrigir), mas também, há uma falta de apoio e liderança de seus professores com quem eles compartilham as atividades diárias e os problemas comuns. Ceder o campo do debate público para peritos externos significa a derrota de ambos, pesquisadores e estudantes. Quando os acadêmicos perdem a sua influência até mesmo sobre as condições dentro da universidade, os estudantes não percebem as suas competências como ferramentas potenciais de mudança social e caem em um estado de indiferença.

Como alternativa à atomização atual do ambiente acadêmico, que reforça a posição hegemônica do Ministério, nós convocamos uma aliança entre professores, estudantes de graduação e de pós-graduação. Acreditamos que a Associação de Sociologia Polonesa pode ser uma catalisadora na difusão da participação e responsabilidade pelo destino da sociologia. Essa carta é um convite ao diálogo, um prelúdio à colaboração e ação combinada. Apelamos, portanto, aos nossos mestres - que reconheçam a nossa atuação na busca conjunta de nossos interesses comuns.

¹ Por exemplo: Terceiro Congresso de Jovens Sociólogos, "Sociology in the future – Debate among students who care" (Cracóvia, Junho 2012); Quarto Congresso de Jovens Sociólogos, "Dilemmas of the student community facing changes in higher education – resistance or adaptation" (Cracóvia, Junho 2013); Summer Critical Marathon, "Student agency in the educational system" (Rabka. Junho 2013).

> Equipe turca da Diálogo Global

omeçamos nossa jornada de tradução com a DG 2.4. No início, foi difícil encontrar e organizar as pessoas que estariam dispostas a fazer parte dessa aventura. Mas agora, a equipe editorial está mais ou menos estabelecida. Vivemos e trabalhamos em diferentes cidades da Turquia. Apesar das distâncias geográficas consideráveis que nos separam, conseguimos manter o nosso trabalho vivo via as mídias digitais. Essa é a breve história da equipe turca do Diálogo Global. Abaixo, você pode ver quem somos com mais detalhes.



Dra Aytül Kasapoğlu atualmente é Professora do Departamento de Sociologia da Universidade de Ancara. Desenvolve seu trabalho principalmente em sociologia do desastre, sociologia da saúde e da doença, métodos das ciências sociais, bem como no estudo de problemas sociais.



Dra Nilay Çabuk Kaya atualmente é Professora do Departamento de Sociologia da Universidade de Ancara. Suas pesquisas são focadas,principalmente, em questões de gênero e sociologia do desenvolvimento.



Dra Günnur Ertong graduou-se pela Universidade de Bilkent, em 2003, em um Bacharelado e pela Universidade de Ancara, em 2005, em um mestrado, ambos no campo da economia. Em 2011, terminou seu Doutorado em Sociologia pela Universidade de Ancara com a tese "Confiança no Sistema de Saúde e a Relação Médico-Paciente". A Drª Ertong trabalhou no Ministério da Saúde turco entre 2007 e 2012. Atualmente, está trabalhando com Estatísticas Sociais, Pesquisa e Desenvolvimento na União Científica da Turquia e no Conselho de Pesquisa Tecnológica. Seus principais interesses de pesquisa incluem confiança no sistema de saúde, violência contra os profissionais de saúde e, mais recentemente, as crianças em risco.



Dra Zuhal Yonca Odabaş formou-se na Universidade de Ancara em 2000, depois disso, obteve seu mestrado em sociologia pela Universidade Técnica do Oriente Médio. Em 2009, obteve seu Doutorado em Sociologia pela Universidade de Ancara, com sua tese sobre "Gestão de Desastres e Gênero". Atualmente, é Professora Associada do Departamento de Sociologia da Universidade de Ataturk e suas áreas de interesse são sociologia da saúde e da doença, sociologia do desastre, e questões de gênero.



Gizem Güner formou-se em economia pela Universidade de Hacettepe, em Ankara, em 2013. Está planejando fazer um mestrado em sociologia e está interessada em questões de violência e suas intersecções com classe e etnia. Ela está na equipe turca do Diálogo Global desde janeiro de 2013, e atualmente trabalha em uma empresa privada como uma auditora interna.



Zeynep Baykal graduou-se pelo departamento de Ciência Política da Universidade Bilgi de Istambul. Obteve seu mestrado pelo Departamento de Sociologia da Universidade Técnica do Oriente Médio. Sua tese, "Construção da Identidade Armênia na Turquia: O caso de Yeşilköy", recebeu um prêmio da Associação Turca de Ciências Sociais, em 2013. Ela agora está fazendo seu doutorado em sociologia na Universidade Técnica do Oriente Médio. Está trabalhando com etnia, identidade, estudos culturais e sociologia da arte. Ela também está interessada em crítica de teatro e dramaturgia e continua a fazer cursos na Universidade de Crítica Teatral de Istambul e no Departamento de Dramaturgia. Está envolvida na equipe turca da Diálogo Global desde outubro de 2012.